



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA EDUARDA DE MELO PAULINO

A FICCIONALIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA:
UMA LEITURA A PARTIR DE MACHADO DE ASSIS E MIRIAM ALVES

João Pessoa

2023

MARIA EDUARDA DE MELO PAULINO

A FICIONALIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA:
UMA LEITURA A PARTIR DE MACHADO DE ASSIS E MIRIAM ALVES

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do Curso de Letras do Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade
Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para
obtenção da Licenciatura plena em Letras – Língua
Portuguesa.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Franciane Conceição da Silva.

João Pessoa

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P328f Paulino, Maria Eduarda de Melo.

A ficcionalização de pessoas com deficiência na literatura brasileira: uma leitura a partir de Machado de Assis e Miriam Alves. / Maria Eduarda de Melo Paulino. - João Pessoa, 2023.

59 f.

Orientadora: Franciane Conceição Silva.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2023.

1. Literatura. 2. Autoria negra. 3. Pessoas com deficiência. 4. Inclusão. 5. Representatividade. I. Silva, Franciane Conceição. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 82-056.26

MARIA EDUARDA DE MELO PAULINO

A FICCIONALIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA:
UMA LEITURA A PARTIR DE MACHADO DE ASSIS E MIRIAM ALVES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Letras, habilitação em Língua Portuguesa.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Franciane Conceição da Silva (UFPB/DLCV)
Orientadora

Profa. Dra. Amanda Ramalho de Freitas Brito (UFPB/DLCV)
Examinadora

Prof. Dr. Valnikson Viana de Oliveira (UFPB/DLCV)
Examinador

Profa. Dra. Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne (UFPB/DLCV)
Examinadora Suplente

Dedico este trabalho a todas as vozes silenciadas, que encontraram na escrita uma forma de resistência. Assim como Brás Cubas dedica suas "Memórias Póstumas" ao verme que o consome, dedico esta pesquisa àqueles que desafiaram o esquecimento. E com as palavras de Miriam Alves, trago a poesia incandescente que revela as verdades do presente e ilumina o caminho para um futuro mais justo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a **Deus** por ter sido a minha força nos momentos de angústias e nas vezes que pensei em desistir do meu sonho.

À minha amada mãe, **Erivaneide**, por todo o cuidado durante esse percurso, pela escuta atenta, por ter acreditado em mim quando nem eu mesma acreditava e por ser a minha fortaleza todos os dias. Eu não conseguiria chegar até aqui se eu não tivesse o seu apoio.

À minha irmã, **Rislayne**, que tem sido minha inspiração e referência desde o início, tanto academicamente, quanto profissionalmente, com a sua força e dedicação.

Aos meus amigos da graduação: **Ana, Cynthia, Ivila, Ozí, Ramon e João Victor** que trouxeram uma perspectiva única e um apoio inestimável ao longo desse processo.

A **Natan Nascimento** pela inspiração na temática do trabalho, pela paciência e ajuda nos últimos meses.

Aos meus amigos **Emília, Andreza, Venâncio, Thayssa, Clesia e Luiz** por terem tornado o trajeto de Juripiranga até à faculdade, todos os dias, mais leves e divertidos.

Aos meus amigos **Vitória Henrique e Filipi José**, que têm sido essenciais na minha trajetória. Suas palavras de encorajamento e incentivo me fortaleceram nos momentos de dúvidas e desafios, mostrando-me que sou capaz de alcançar grandes feitos.

Aos professores **Amanda Ramalho de Freitas Brito e Valnikson Viana de Oliveira**, integrantes da Banca Avaliadora, por terem aceitado o convite de examinar e enriquecer este trabalho com suas reflexões.

À minha estimada orientadora, professora **Franciane Conceição Silva**, sua presença e ensinamentos foram de imensurável valor. Nos momentos em que eu não acreditei em mim, você prontamente me acolheu, oferecendo apoio e escuta atenta. Sua dedicação e afeto, os quais você coloca de forma exemplar em seu ofício, são verdadeiras inspirações.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a representação das pessoas com deficiência na Literatura Brasileira, utilizando como objeto de estudo a obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, e o conto “A cega e a negra – uma fábula”, extraído da obra *Mulher Mat(r)iz* (2011), de Miriam Alves, bem como analisar o impacto dessas representações na sociedade. Para fundamentar teoricamente as análises desenvolvidas, pautamo-nos em aportes teóricos, tais como, *A Epopéia Ignorada – A pessoa deficiente na História do mundo ontem e hoje* (1986), de Otto Marques Silva e *A pessoa com deficiência na História do Brasil – Uma trajetória de silêncios e gritos* (2020) de Emílio Figueira. Como aporte teórico do campo literário, utilizaremos a obra *A literatura e a formação do homem* (1999), de Antônio Cândido. A partir desses referenciais, buscaremos analisar as obras literárias com o intuito de compreender como as personagens com deficiência são representadas nestas narrativas, e quais as implicações dessas representações no imaginário social em relação às pessoas com deficiência. Além disso, pretende-se refletir como a discussão dessa temática pode contribuir para a construção de uma literatura mais inclusiva e representativa.

Palavras-chave: Literatura; autoria negra; pessoas com deficiência; inclusão; representatividade.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the representation of people with disabilities in Brazilian Literature, using as a study object the novel *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) by Machado de Assis, and the short story "A cega e a negra - uma fábula" from the book *Mulher Mat(r)iz* (2011) by Miriam Alves, as well as examining the impact of these representations on society. The theoretical basis for the analysis includes works such as *A Epopéia Ignorada - A pessoa deficiente na História do mundo ontem e hoje* (1986) by Otto Marques Silva, and *A pessoa com deficiência na História do Brasil - Uma trajetória de silêncios e gritos* (2020) by Emílio Figueira. Additionally, we will draw upon the literary field by utilizing the book *A literatura e a formação do homem* (1999) by Antônio Cândido. Through these theoretical frameworks, the literary works will be analyzed to understand how characters with disabilities are represented in these narratives, and the implications of these representations in the social imaginary concerning people with disabilities. Moreover, the aim is to reflect on how discussing this theme can contribute to the creation of a more inclusive and representative literature.

Keywords: Literature; Black authorship; people with disabilities; inclusion; representativity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E ARTÍSTICOS	13
2.1 História da deficiência da pré-história à contemporaneidade.....	14
2.2 Principais avanços na legislação e políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.....	21
2.3 Representação e representatividade da pessoa com deficiência nas diferentes manifestações artísticas	26
3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA: REPRESENTAÇÕES E REPRESENTATIVIDADE	30
4 MACHADO DE ASSIS E A NARRATIVA INQUIETANTE DE MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS	35
4.1 A denúncia social de Machado de Assis na Literatura Brasileira	35
4.2 Análise da obra <i>Memórias Póstumas de Brás Cubas</i> e a personagem Eugênia	38
5 CAMINHOS ENTRELAÇADOS: UMA ANÁLISE DA DUALIDADE EM "A CEGA E A NEGRA - UMA FÁBULA"	48
5.1 A escrita transformadora de Miriam Alves na teia da crítica social.....	48
5.2 Análise do conto “A cega e a negra – uma fábula”	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Conforme os resultados do último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, constatou-se que aproximadamente 46 milhões de indivíduos no Brasil, correspondendo a cerca de 24% da população, enfrentam algum grau de dificuldade em habilidades como visão, audição, locomoção, subir degraus ou possuem deficiência intelectual. Vale ressaltar que a referida pesquisa não abrangeu transtornos mentais, como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose. Ao considerarmos especificamente aqueles que enfrentam grande ou total dificuldade nessas habilidades, juntamente com os que possuem deficiência intelectual, observa-se que há mais de 12,5 milhões de brasileiros com deficiência, correspondendo a 6,7% da população. Atualmente, temos como base de dados a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, que apontou que no Brasil, há cerca de 17,2 milhões de pessoas com dois anos ou mais com algum tipo de deficiência.

No entanto, embora haja um número significativo dessas pessoas na população brasileira, a invisibilidade desse grupo nos campos artísticos e culturais é uma realidade bastante presente na sociedade. É possível observar que as obras literárias, novelas, séries, teatros e outras manifestações culturais não contemplam personagens com deficiência ou, quando os incluem, é de forma estereotipada e negativa, perpetuando estigmas e preconceitos que reforçam a exclusão.

Nesse sentido, a literatura pode desempenhar uma função social no que se refere à construção de uma imagem mais inclusiva e respeitosa de pessoas com deficiência, ajudando a combater estereótipos e preconceitos, uma vez que essas pessoas são frequentemente marginalizadas e estigmatizadas na sociedade. Sendo a literatura uma ferramenta importante para o ativismo e a luta por direitos das pessoas com deficiência, e através disso sensibilizar e mobilizar a opinião pública para a promoção do debate sobre a inclusão e a diversidade.

Assim, a presente pesquisa se propõe a analisar a ficcionalização de pessoas com deficiência nas obras *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), romance de Machado de Assis, e “A cega e a negra – uma fábula” (2011), conto de Miriam Alves. Analisaremos a encenação dessas pessoas a partir da perspectiva teórica de autores como Otto Marques da Silva, Emílio Figueira e Antônio Cândido.

A partir desse referencial teórico, pretendemos compreender como as personagens Eugênia, do livro machadiano, e Flora, do conto de Alves, são representadas na narrativa, quais as implicações dessas ficcionalizações no imaginário social em relação às pessoas com

deficiência e problematizar o lugar político, social e cultural a partir dessas personagens.

Além disso, será feita uma análise histórica do contexto em que as obras foram escritas, levando em consideração a visão da sociedade brasileira em relação às pessoas com deficiência na época. Será explorada a forma como essas encenações evoluíram ao longo do tempo, identificando as mudanças e permanências desses estereótipos na sociedade brasileira atual, e como isso pode contribuir para a construção de uma literatura mais inclusiva e representativa.

Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, é uma das mais importantes obras da Literatura Brasileira e é um livro amplamente estudado nos espaços educacionais de todo o país. No ano em que foi publicada, 1881, Machado dava início a uma nova fase de sua produção, chamada de Realismo, movimento no qual ele utiliza a literatura para evidenciar as contradições e injustiças presentes na sociedade da época. Ao analisar a forma como a deficiência é representada nessa obra, é possível identificar como essa temática foi tratada na literatura brasileira e quais as concepções predominantes em relação à deficiência na época em que a obra foi escrita.

O conto “A cega e a negra – uma fábula” da escritora Miriam Alves, faz parte de sua obra *Mulher Mat(r)iz*, publicada em 2011, e destaca uma visão da sociedade que exclui e marginaliza as minorias. Diferentemente de Machado de Assis, que possui as críticas em suas obras um pouco mais veladas sob ironias e sarcasmos, Miriam Alves denuncia de forma explícita, utilizando uma mesclagem de recursos literários e metafóricos, para denunciar o estigma atrelado às minorias na sociedade brasileira.

Dessa forma, é importante destacar a importância da análise crítica da obra literária, considerando não apenas os aspectos estéticos, mas também os aspectos sociais, políticos e culturais que estão implicados na representação das pessoas com deficiência, pois a literatura, como bem apontou Sartre (1947), é um espaço de liberdade, mas também de responsabilidade social, e cabe aos leitores e críticos literários interpretar e avaliar as obras de acordo com esses parâmetros.

Para a realização deste trabalho serão utilizados recursos metodológicos, tais como a pesquisa bibliográfica, análise literária, a crítica literária, a história da literatura e a história da deficiência. Serão examinados aspectos como a construção das personagens Eugênia e Flora, as relações que elas estabelecem com os outros personagens, o contexto histórico e cultural em que as obras foram produzidas, e como elas dialogam com outras obras.

É importante destacar que o objetivo deste trabalho não é simplesmente apontar os equívocos ou preconceitos presentes nas representações das personagens das obras estudadas,

mas sim compreender como esses estereótipos e estigmas foram construídos e como eles podem ser desconstruídos. Ademais, este trabalho não esgota o tema das representações das pessoas com deficiência na Literatura Brasileira, mas sim pode acrescentar em futuras pesquisas e reflexões sobre essa questão. Dessa forma, este trabalho está dividido em capítulos que abordam diferentes aspectos da análise de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e “A cega e a negra – uma fábula”.

No primeiro capítulo, será traçada uma linha do tempo abordando a forma como as pessoas com deficiência foram percebidas ao longo da história, desde os tempos pré-históricos até os dias atuais. Serão explorados os aportes teóricos relevantes que ajudam a compreender essa evolução, analisando as concepções e atitudes sociais em relação à deficiência em diferentes períodos históricos. Além disso, serão destacados os aspectos jurídicos e artísticos relacionados às pessoas com deficiência, examinando como esses indivíduos foram representados em diferentes contextos históricos e como isso refletiam as percepções e estereótipos vigentes na sociedade, também serão apresentados escritores com deficiência de diferentes épocas.

No segundo capítulo, o foco estará na representação e representatividade das pessoas com deficiência na literatura brasileira. Serão exploradas algumas modalidades literárias, buscando compreender como as pessoas com deficiência são retratadas e quais são os principais temas abordados em relação a elas. Será analisado como as obras literárias refletem as experiências, desafios e superações vivenciados pelas pessoas com deficiência, bem como as diferentes perspectivas e abordagens adotadas pelos/as autores/as.

No terceiro capítulo será realizada uma breve apresentação de Machado de Assis e a análise da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, examinando a personagem Eugênia. Serão investigados aspectos como a construção da identidade dessa personagem, as suas limitações e dificuldades, e como ela é retratada pela narrativa de Machado de Assis, bem como serão examinados os contextos histórico e cultural em que a obra foi produzida, buscando entender como as representações das pessoas com deficiência estavam presentes na sociedade e na cultura da época, e como isso influenciou a construção da personagem de Machado de Assis.

No quarto capítulo, serão apresentadas a vida e obra da autora Miriam Alves e a análise do conto “A cega e a negra – uma fábula” e da personagem Flora, buscando extrair a crítica e reflexão presente na obra a partir de seus apontamentos literais e metafóricos apresentados e a relação entre esses dois estigmas na sociedade brasileira: o racismo e a deficiência.

Por fim, nas considerações finais serão discutidos os resultados da análise realizada,

apontando as reflexões trazidas a partir dos termos utilizados nas obras analisadas, e como eles podem ser desconstruídos a partir de uma leitura crítica e reflexiva.

O interesse por essa temática surgiu a partir do conhecimento de projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba, os quais se propunham a oferecer escuta às crianças com deficiência, permitindo que elas fossem protagonistas em curtas-metragens produzidos pelo projeto. Essa experiência despertou em mim o tema abordado neste trabalho e, a partir desse momento, iniciei uma pesquisa bibliográfica para embasar minha investigação. Além disso, tive a oportunidade de participar de um projeto de pesquisa que visa analisar os fatores ambientais e sociais que influenciam a permanência e o processo de aprendizagem de pessoas com deficiência no ensino médio, especificamente no contexto de jovens e adultos. Essa nova perspectiva aprofundou minha busca por informações e fortaleceu meu interesse em problematizar a representação estigmatizada de pessoas com deficiência na Literatura Brasileira, buscando assim estratégias para desconstruir tais representações.

Além disso, minha trajetória acadêmica na área de Letras - Língua Portuguesa- também contribuiu para a escolha dessa temática como objeto de estudo. Durante meu percurso acadêmico, pude observar lacunas e ausências no que diz respeito à representação das pessoas com deficiência nas obras literárias estudadas. Acredito que a literatura desempenha um papel fundamental na construção de identidades, na formação de valores, na disseminação de ideias e na transformação positiva da sociedade.

Com base nas motivações mencionadas, o presente estudo tem como objetivo contribuir para a compreensão das representações das pessoas com deficiência na Literatura Brasileira, valendo-se da análise crítica de uma obra clássica e uma obra contemporânea do cânone literário nacional. E espera-se que essa pesquisa possa trazer à tona questões importantes sobre a inserção e a representatividade das pessoas com deficiência na sociedade e na cultura, e como a literatura pode contribuir para a promoção da diversidade e da inclusão.

2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E ARTÍSTICOS

No aspecto histórico, é essencial compreender que a trajetória da deficiência é caracterizada por uma história de discriminação e exclusão social. Ao longo dos séculos, essas pessoas foram vistas como um problema a ser solucionado, e muitas vezes foram submetidas a tratamentos desumanos e violentos. Somente a partir do século XX é que surgiram movimentos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, culminando com a Convenção Internacional

sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006.

A sobrevivência das pessoas com deficiências aqui no Brasil e em boa parte do mundo, na grande maioria dos casos, tem sido uma verdadeira epopéia. Essa epopéia nunca deixou de ser uma luta quase que fatalmente ignorada pela sociedade e pelos governos como um todo uma verdadeira saga melancólica – assim como o foi em todas as culturas pelos muitos séculos de existência do homem. Ignorada, não por desconhecimento acidental ou falta de informações, mas por não se desejar dela tomar conhecimento. (SILVA, 1987, p.11).

Ao traçarmos uma linha do tempo na trajetória das pessoas com deficiências da pré-história até a contemporaneidade, conseguimos compreender e identificar os percursos conceituais, os mecanismos de exclusão, a ideia de inferioridade, estigmas e preconceitos que foram construídos culturalmente com o passar dos séculos, bem como as políticas de assistencialismos e as leis foram promulgadas na tentativa de garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação na sociedade. Para que houvesse esse avanço significativo, foram necessários muitos séculos de lutas.

2.1 História da deficiência da pré-história à contemporaneidade

Sabe-se que nas sociedades pré-históricas a ausência de conhecimento científico e compreensão das causas reais das doenças, recorriam a explicações de natureza mística ou sobrenatural para tentar entender as enfermidades. A falta de recursos e informações objetivas levava as pessoas a atribuírem as doenças a forças sobrenaturais, muitas vezes interpretando-as como punições por transgressões ou como resultado da influência de entidades malignas. As ideias não foram diferentes no que se refere às pessoas com deficiência deste período:

É quase certo que uma criança nascida com aleijões ou aparentando fraqueza extrema terá sido eliminada de alguma forma, tanto por não apresentar condições de sobrevivência, quanto por credências que a vinculavam a maus espíritos, a castigos de divindades ou mesmo por motivos utilitários. (SILVA, 1987, p.21).

Com base em evidências arqueológicas e antropológicas, é possível inferir que muitas culturas antigas acreditavam que doenças e deficiências estavam relacionadas a forças místicas, como magia, demônios ou espíritos malignos. Essas crenças levaram ao desenvolvimento de práticas mágicas ou rituais para tentar banir essas forças e curar as pessoas afetadas.

A trepanação, que envolvia a abertura de um orifício no crânio, é um exemplo dessas práticas. No que refere à pessoa com deficiência, acreditava-se que a abertura do crânio permitiria que os espíritos malignos ou demônios escapassem, aliviando assim a pessoa de sua aflição. “[...] A própria trepanação – ou seja, a abertura de um orifício em alguma parte do crânio – indica uma crença primitiva quase que demonológica ou maligna de origem

desconhecida de certos males físicos ou mentais” (SILVA, 1986, p.21).

A vida nas sociedades pré-históricas era frequentemente centrada em atividades de subsistência, como caça, coleta de alimentos e defesa do grupo. Em um contexto nômade, em que as comunidades se deslocavam em busca de recursos sazonais, a mobilidade e a capacidade de acompanhar o grupo seriam cruciais. Pessoas com deficiências físicas eram deixadas para trás ou tiveram dificuldades em acompanhar os movimentos do grupo.

Ora, em virtude da característica cíclica da natureza, totalmente fora do controle dos homens, os deslocamentos eram constantes, razão pela qual é indispensável que cada um se baste por si e ainda colabore com o grupo. É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impigido na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empencilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa característicos de nossa fase histórica. (BIANCHETTI, 1998, p.28).

Por volta do quarto milênio a.C., ocorreram avanços significativos na organização social e no desenvolvimento das habilidades manuais em várias regiões, como a Mesopotâmia, o Egito e o vale do rio Indo. Na história egípcia, existem indícios de que a atenção às pessoas com deficiências físicas ou mentais variava de acordo com a posição social e o status da pessoa.

As crenças religiosas desempenhavam um papel significativo na compreensão e tratamento das doenças, deficiências físicas e intelectuais. Os médicos-sacerdotes acreditavam que essas condições eram causadas por forças sobrenaturais ou pecados cometidos em vidas anteriores, e para lidar com essas questões, utilizavam uma abordagem terapêutica que combinava elementos religiosos e práticas médicas. Eles recorriam a preces, exorcismos e encantamentos para afastar os maus espíritos e buscar a intervenção divina. Além disso, utilizavam poções, pomadas e outros elementos para aliviar sintomas ou promover a “cura”.

Ainda ao pensar na cultura egípcia antiga, os anões não eram vistos como seres marginalizados ou inferiores aos outros indivíduos. Ao contrário, aqueles de classes sociais mais elevadas, eram considerados membros valiosos da sociedade e desfrutavam de certos privilégios e oportunidades, “[...] os proventos de classes mais pobres eram por vezes adquiridos por grandes somas de farós ou ricos senhores.” (SILVA, 1987, p.37). Ademais, no Antigo Egito, os surdos eram venerados e considerados mediadores entre os deuses e os faraós. Eles eram temidos e respeitados pela população.

Os hebreus, também conhecidos como israelitas, desempenharam um papel significativo na história do Oriente Médio e tiveram uma influência duradoura em muitas culturas ao longo dos séculos. No que se refere à deficiência, na visão dos antigos hebreus, especialmente de acordo com a tradição religiosa e cultural registrada na Bíblia Hebraica

(Tanakh), havia uma associação entre doença, deficiência física ou intelectual à impureza ou pecado. Essa percepção estava enraizada em sua compreensão teológica e em conceitos de pureza ritual e moral. Na narrativa bíblica, encontramos referências a doenças e deficiências físicas como resultado de punição divina ou como sinais de impureza.

No contexto do sacerdócio, a presença de certas deficiências físicas também era considerada uma impureza ritual e que impossibilitava a pessoa de realizar determinadas funções religiosas. A lista de defeitos mencionados na Bíblia inclui, por exemplo, cegueira, coxidão, mutilação, defeitos nos membros e deformidades faciais. como pontua Silva:

Chegou a ser determinado por Moisés no seu livro "Levítico" (conjunto de normas e orientações para os sacerdotes): "O homem de qualquer das famílias de tua linhagem que tiver deformidade corporal, não oferecerá pães ao seu Deus, nem se aproximará de seu Ministério; se for cego, se coxo, se tiver nariz pequeno ou grande, ou torcido; se tiver um pé quebrado ou a mão; se for corcunda" [...] (SILVA, 1978, p.46).

Na Grécia, as ideias sobre as pessoas com deficiência não diferem dos hebreus. Valorizavam a prevalência da representação do "corpo belo, ideal e perfeito" e tudo o que fugia do padrão estabelecido, era considerado imperfeito. Em "A República", Platão menciona que crianças que nascem com graves deficiências físicas ou mentais podem ser consideradas inadequadas para desempenhar um papel útil na cidade ideal. Ele sugere que essas crianças podem ser deixadas para morrer ou expostas, para que a cidade não tenha que lidar com o ônus de cuidar delas.

Aristóteles, em "Política", também discute a organização da cidade-estado e aborda a questão das pessoas com deficiência. Ele argumenta que a cidade deve buscar aperfeiçoar seus cidadãos, promovendo a eugenia, que tem a ideia de "melhoria genética", por meio de casamentos seletivos. Ele afirma que aqueles que nascem com deformidades físicas ou mentais não contribuiriam positivamente para a sociedade e, portanto, não seriam considerados cidadãos plenos.

Se, ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal prevalescente, era eliminada. Praticava-se, assim, uma eugenia radical, na fonte. A eliminação dava-se porque a criança não se encaixava no leito de Procrusto dos espartanos. (BIANCHETTI, 1998, p.29).

Como destaca Silva (1998), o legado de Roma no campo das leis é de grande importância e influência na história. No sistema legal romano, conhecido como Direito Romano havia leis que tratavam do reconhecimento dos direitos de um recém-nascido e das circunstâncias em que esses direitos poderiam ser garantidos ou negados. A "vitalidade" e a forma humana eram consideradas como critérios importantes nesse contexto.

No que diz respeito à vitalidade, havia uma preocupação em determinar se o bebê nascido tinha chances razoáveis de sobrevivência. Bebês nascidos prematuramente, antes do sétimo mês de gestação, eram considerados frágeis e podiam não ser reconhecidos como tendo plena capacidade de direito. Nesses casos, a proteção legal e os direitos poderiam ser negados ou limitados, uma vez que se acreditava que eles poderiam não sobreviver ou enfrentar graves problemas de saúde.

Além disso, a forma humana também era um fator considerado. Bebês que apresentassem sinais de "monstruosidade" ou malformações poderiam ser excluídos do reconhecimento de direitos, pois eram vistos como desvios da forma humana considerada normal e saudável. Na obra *De Legibus*, Cícero menciona que nas Leis das Doze Tábuas, um código de leis romanas do século V a.C., havia uma determinação relacionada ao destino de crianças nascidas com deficiências físicas ou sinais de "monstruosidade". Essa determinação estabelecia o extermínio dessas crianças, ou seja, elas deveriam ser eliminadas logo após o nascimento. No entanto, infanticídio legal não era praticado com regularidade na sociedade romana. Embora a lei permitisse o abandono de crianças consideradas indesejadas, nem todas as famílias ou indivíduos optavam por essa ação, mas recorriam ao abandono.

Mesmo com a anuência da lei, o infanticídio legal não foi praticado com regularidade. Crianças malformadas, doentias ou consideradas como anormais e monstruosas eram, no máximo, abandonada em cestinhas enfeitadas com flores às margens do Tibre. E os escravos ou as pessoas empobrecidas que viviam de esmolas ficavam na espreita e atentos para eventualmente se apossarem dessas crianças, criando-as para mais tarde servirem como meio de exploração do compadecido e por vezes muito culpado coração romano, obtendo esmolas volumosas. (SILVA, 1987, p.89).

Na Antiguidade Clássica, havia uma concepção aristotélica em que estabelece uma ligação entre a fala e a estruturação do pensamento. A partir disso, acreditava-se que a voz (phoné) é fundamental para a linguagem (e o logos), que é essencial para que o ser humano se realize como um animal político. Dessa forma, as pessoas que não se encaixasse nessa condição (surdos), não eram consideradas eficientes para o Estado, ou seja, consideradas incapazes e até mesmo sub-humanas. Embora esses recém-nascidos não apresentassem sinais de "monstruosidade", a partir do momento em que não conseguiam seguir essas concepções entre voz, fala, linguagem e pensamento, eram frequentemente marginalizados.

Com o surgimento do Cristianismo houve uma mudança na visão e no tratamento das pessoas com deficiências. Os preceitos de mansidão, caridade e respeito ao próximo tiveram um impacto significativo na criação de instituições de assistência e cuidado aos enfermos e necessitados. Os hospitais cristãos surgiram inicialmente como abrigos para viajantes doentes

e peregrinos, oferecendo cuidados e abrigo durante suas jornadas. Com o tempo, essas instituições expandiram suas atividades para incluir o tratamento de doentes agudos ou crônicos, incluindo pessoas com deficiências.

Durante a Idade Média, os mosteiros desempenharam um papel significativo na prestação de assistência social e na prática da caridade. Os mosteiros eram comunidades religiosas que seguiam os ensinamentos cristãos e buscavam viver de acordo com os princípios da pobreza, obediência e caridade. Eles ofereciam abrigo, cuidados médicos, alimentação e vestimenta aos enfermos, além de acolherem mendigos e outros necessitados.

No que se refere ao Império Bizantino, que durou onze séculos, ele teve um papel significativo na história das pessoas com deficiências, mas nem sempre de forma positiva. O sistema legal bizantino permitia e até mesmo incentivava punições severas, incluindo a mutilação de membros e a cegueira, como formas de punição para crimes ou transgressões. Essas punições eram aplicadas tanto a nobres como a pessoas das camadas mais pobres da população, incluindo soldados.

Essas práticas punitivas generalizadas tinham um impacto profundo nas vítimas, aumentando ainda mais as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiências. Além das limitações físicas ou sensoriais decorrentes de doenças ou condições congênitas, havia também aquelas que resultavam de punições legais ou arbitrárias. Isso certamente ampliava os desafios e a discriminação enfrentados por essas pessoas na sociedade bizantina.

Por outro lado, no que se refere aos avanços, ainda na Idade Média, o viés fraternal e a preocupação com o cuidado e assistência às pessoas com deficiência trouxeram momentos mais estáveis para elas. A Igreja e o Estado estabeleceram parcerias para fornecer serviços assistenciais básicos à população. Essa colaboração aconteceu na época de Constantino I, o qual promoveu o cristianismo como religião oficial do Império Romano. A Igreja, como instituição centralizada e influente, desempenhou um papel significativo na prestação de serviços assistenciais. Ao longo do tempo, várias entidades assistenciais foram estabelecidas, abrangendo diferentes áreas de cuidado e apoio.

Contudo, é importante ressaltar que durante a Idade Média, crianças que nasciam com membros deformados enfrentavam grandes dificuldades e preconceitos devido às crenças e histórias transmitidas por curandeiras e parteiras. Essas crianças eram frequentemente isoladas e sofriam ridicularização e desprezo. As superstições da época levavam a atribuir poderes especiais a essas pessoas com deficiência, como uma espécie de contra-ataque aos efeitos negativos de feitiços, maldições, mau-olhado e doenças (SILVA, 1987, p.153). Além disso,

anões e corcundas, que conseguiram encontrar um lugar na sociedade medieval, muitas vezes de destaque, tornaram-se objeto de entretenimento nas grandes residências dos senhores feudais, nas cortes reais e nos castelos de nobres vassallos, devido à sua aparência considerada grotesca e os seus trejeitos. Elas eram vistas como figuras cômicas e inconsequentes, além disso, eram consideradas portadoras de sorte ou capazes de afastar os demônios.

Algumas outras pessoas com deficiência, consideradas deformadas e muitas vezes repulsivos, ocuparam posições de destaque como bobos da corte. E a História do mundo conta-nos casos em que esses "bobos da corte" cumpriam ordens criminosas de seus senhores, aos quais deviam servir obediência (SILVA, 1987, p.153). Um exemplo mencionado é o do bufão corcunda hindu conhecido como "Vidusala", que significa atrevido. Ele é mencionado em trechos de dramas e eventos da antiga sociedade da Índia já nos primeiros séculos da Era Cristã.

Apesar dos esforços pontuais de grupos religiosos e da doutrina cristã em promover a compaixão e a inclusão das pessoas com deficiências, a mentalidade predominante na sociedade era de que um corpo deformado indicava uma mente deformada. Essa crença levava a visões negativas e estigmatização das pessoas com deficiências, considerando-as como menos capazes ou até mesmo como "manchadas" ou "indignas".

Na Europa Medieval, as pessoas com deficiências físicas ou sensoriais eram frequentemente marginalizadas e dependiam da esmola diária como meio de sustento. Eles percorriam as estradas e caminhos mais importantes, onde passavam nobres cortejos, cavaleiros e cruzados, buscando de alguma forma garantir seu sustento precário. Muitas vezes, essas pessoas formavam redes ou grupos para angariar esmolas e doações. A população temia os supostos poderes malignos que essas pessoas deformadas poderiam possuir.

No Brasil, a compreensão da situação das pessoas com deficiências durante os primeiros três séculos da história do período colonial é um desafio devido à escassez de dados específicos disponíveis. A documentação histórica da época, muitas vezes, não registrou de forma detalhada as condições de vida e as experiências das pessoas com deficiências. No entanto, no que se refere aos povos originários no Brasil, alguns relatos históricos e antropológicos destacam a crença de que uma criança com deficiências físicas poderia trazer má sorte, desequilíbrio espiritual ou até mesmo prejudicar a sobrevivência da aldeia. Essas crenças podem ter levado à rejeição e ao isolamento dessas crianças, com a ideia de proteger o grupo como um todo.

De acordo com o médico e historiador da Medicina, Lycurgo Santos Filho (1968), foi observado que os indígenas possuíam uma constituição física robusta, caracterizada por força e boa saúde. Essa condição pode ter contribuído para reforçar uma política de exclusão que consistia em eliminar qualquer indivíduo que nascesse ou desenvolvesse alguma deficiência visível, que estivesse fora dos padrões estabelecidos pela comunidade, todavia, ao mesmo tempo, revela-nos sobre a possibilidade de existir entre eles, deficiências adquiridas através de “ferimentos de guerra e acidentes, como cegueira e perda de membros” (FIGUEIRA, 2020, p.19).

No contexto da colonização, observou-se uma tendência em estabelecer Casas de Misericórdia, instituições que contavam com recursos provenientes da comunidade e tinham como objetivo primordial assistir os doentes carentes de atendimento médico, que não dispunham dos meios necessários para arcar com tais serviços especializados. Grande parte dessas instituições mantinha a conhecida "Roda dos Expostos", na qual mães em situações desesperadoras abandonavam recém-nascidos com deficiências e essas crianças acabavam sendo acolhidas em orfanatos ou conventos, tornando-se membros marginalizados da sociedade.

No que se refere à assistência à população com deficiência até a metade do século XIX, não há registros significativos de avanços. As pessoas que sofriam de paralisia, deformidades congênitas, amputações ou doenças graves acabavam, em grande parte, sendo responsabilidade de suas próprias famílias. (SILVA, 1987, p.200). No entanto, conforme as influências europeias chegavam ao Rio de Janeiro por meio dos navios de passageiros, trazendo consigo revistas atrasadas e livros publicados meses antes nos países mais avançados e influentes e com o retorno de alguns estudiosos brasileiros ao país, dava início assim a um pequeno avanço e modernização. Nesse período de renovação cultural e desejo de modernização, organizações foram criadas por iniciativa de Dom Pedro II, entre eles o Imperial dos Meninos Cegos, em 1854, e o Instituto dos Surdos-Mudos também inaugurado por Dom Pedro II, que tinha como objetivo fornecer educação literária e formação profissional para meninos surdos.

No decorrer do século XX, posteriormente ao desfecho da Segunda Guerra Mundial, registrou-se um incremento significativo na prestação de assistência às pessoas com deficiência em âmbito global, o que denota uma mudança de paradigma na perspectiva social e um maior envolvimento da sociedade no que concerne ao bem-estar coletivo. Tal crescimento não se restringiu somente aos países mais desenvolvidos, mas também foi impulsionado pelos avanços científicos e suas aplicações práticas em diversas áreas. Esses progressos científicos e sociais

foram fundamentais para fomentar o bem-estar e a inclusão das pessoas com deficiência.

Mesmo em países subdesenvolvidos, várias áreas foram impelidas em direção à modernização e ao avanço técnico ao longo do século XX. A medicina, em particular, progrediu significativamente em todos os seus campos especializados, incluindo a cirurgia ortopédica, a ortopedia e a traumatologia. Esses avanços foram motivados por vários fatores, com destaque para o impacto das duas guerras mundiais e de conflitos regionais que afetaram o mundo (SILVA, 1987, p.211). Esses eventos estimularam a pesquisa e o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias médicas, resultando em progressos significativos nessas áreas relacionadas ao estudo em questão, o que levou a uma maior importância política interna nos países e a uma dimensão internacional envolvendo a Organização das Nações Unidas (ONU). Na Grã-Bretanha, por exemplo, a Comissão Central para o Cuidado do Deficiente foi criada em 1919.

Na contemporaneidade, temos observado avanços significativos no reconhecimento e garantia dos direitos das pessoas com deficiências (PcD) em diversas áreas, incluindo a educação, o emprego e a inclusão social. Muitos desses avanços foram possíveis graças à implementação de leis, decretos e políticas públicas que visam construir práticas inclusivas e combater a exclusão social, enfrentada por esse grupo. Essas medidas têm buscado promover a igualdade de oportunidades, o acesso aos serviços e a participação plena na sociedade para as pessoas com deficiência.

2.2 Principais avanços na legislação e políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, mas foi no século XX que ocorreram várias mudanças na forma de ver e tratar as pessoas com deficiência intelectual e foram sendo discutidos direitos e políticas públicas para as PcD no geral.

Em 1835, o deputado Cornélio Ferreira França apresentou um projeto de lei na Assembleia Geral do Império do Brasil, propondo a criação de classes para pessoas surdas e cegas na capital do Império e nos principais lugares de cada província. Essa iniciativa representou um marco importante para a educação de pessoas com deficiência no país, reconhecendo a necessidade de oferecer oportunidades educacionais específicas para esses grupos. Embora essa proposta tenha sido pioneira, é importante ressaltar que a implementação efetiva de políticas e programas educacionais para pessoas com deficiência, especialmente no

contexto inclusivo, ocorreu ao longo do tempo, com avanços significativos ocorrendo a partir do final do século XX e início do século XXI. Para Mazzotta (1997), a evolução das políticas públicas para educação das pessoas com deficiência caracteriza-se em dois períodos distintos: de 1854 a 1956 foram as iniciativas oficiais e particulares e de 1957 aos dias atuais sendo iniciativas oficiais no âmbito nacional.

No entanto, as discussões em relação aos direitos das Pessoas com Deficiência, especialmente, reivindicando o direito à convivência social, começaram a partir do final da década de 50 e começo da década de 60, a mobilização de diversos segmentos da sociedade em defesa das demandas das pessoas com deficiência foi fundamental para promover o processo de politização desses sujeitos sociais.

A Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), estabelecida pelo Decreto Federal nº 42.728 de 3 de dezembro de 1957, teve como objetivo promover a educação e assistência para surdos em todo o território nacional. Em seguida, foram estabelecidas a Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC), pelo Decreto nº 48.252 de 31 de maio de 1960, e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), pelo Decreto nº 48.961 de 22 de setembro de 1960. Ambas as campanhas foram subordinadas ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura e desempenharam um papel fundamental na promoção da educação e reabilitação de pessoas cegas e com deficiência intelectual no país. Essas iniciativas pioneiras foram importantes para o desenvolvimento posterior de políticas e programas de educação inclusiva no Brasil.

A Constituição Federal de 1967, por meio da Emenda Constitucional nº 1 de 1969, representou um avanço significativo ao mencionar a necessidade de uma lei especial para a assistência à maternidade, à infância, à adolescência e à educação de excepcionais. Essa menção abriu espaço para a atribuição de direitos e a formulação de políticas específicas para pessoas com deficiência, reconhecendo a importância de atender às suas necessidades particulares.

A partir da década de 1970 que surgiram documentos importantes no mundo nesse período, como Assembleia Geral da ONU que tem se empenhado em abordar questões sociais relevantes, incluindo a questão das pessoas com deficiência, reconhecendo sua importância no contexto do desenvolvimento global. Em 1971, a Assembleia Geral aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental, demonstrando seu compromisso em proteger e promover os direitos das pessoas com deficiência intelectual. E no ano de 1975 aprovou a Declaração dos direitos das Pessoas com Deficiência. Essas declarações representam um marco na busca por igualdade, inclusão e respeito para essa parcela da população.

Um ano depois, no dia 16 de dezembro de 1976, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução nº 31/123, proclamando o ano de 1981 como o Ano Internacional para as Pessoas Deficientes (International Year for Disabled Persons). O objetivo dessa resolução era aumentar a conscientização global sobre as questões enfrentadas pelas pessoas com deficiência e promover a implementação das declarações e princípios anteriores relacionados aos direitos dessas pessoas.

Ainda na década de 70, no Brasil, houve uma organização do atendimento à pessoa com deficiência intelectual, por meio de propostas curriculares e documentos como CENEESP/MEC (Centro Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação), nos anos de 1979, 1984 e 1986. Esses documentos enfatizavam a inclusão da pessoa com deficiência intelectual na classe regular, com o apoio de salas e recursos específicos e buscava promover a participação e a aprendizagem desses estudantes no ambiente regular de ensino, com apoios e adaptações pedagógicas necessárias.

No Brasil, ocorreram avanços significativos na legislação brasileira relacionados à educação de pessoas com deficiência. A Emenda Constitucional nº 12, de 1978, estabeleceu que uma lei especial deveria tratar da educação de excepcionais. Além disso, a Lei nº 5.692 de 1971, alterada pela Lei nº 7.044 de 1982, previa a necessidade de tratamento especial para alunos com deficiências físicas ou intelectual, atraso considerável em relação à idade regular de matrícula e superdotados. Essa lei também atribuía um caráter clínico e terapêutico à educação especial, destacando a abordagem preventiva/corretiva no atendimento educacional. Essas medidas refletiram a preocupação em garantir um tratamento diferenciado e adequado para estudantes com deficiências, reconhecendo a importância da educação inclusiva. Embora houvesse ainda um enfoque clínico na abordagem, essas leis pavimentaram o caminho para futuras políticas e legislações mais abrangentes e inclusivas no país.

A construção histórica de políticas públicas no Brasil pode ser dividida em várias etapas e ganhou destaque na década de 1980, impulsionada pelo processo de transição democrática no país. Nesse período, houve uma maior abertura política e a sociedade civil passou a ter mais voz e participação nas discussões e formulação de políticas. Durante os anos 1980, diversas mobilizações sociais ocorreram, incluindo movimentos de pessoas com deficiência, que reivindicaram seus direitos e demandaram políticas públicas mais inclusivas. Essa pressão da sociedade civil contribuiu para que a questão da deficiência se tornasse parte da agenda política nacional.

No ano de 1980, José Sarney instituiu, por meio do Decreto nº 93.481 de 1986, a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), órgão responsável pela gestão de políticas voltadas para a integração das PcD. Também a Lei nº 7.853 de 1989 e o Decreto nº 3.298 de 1999 foram marcos importantes na política nacional de integração dessas pessoas. Esses instrumentos legais estabeleceram diretrizes para a promoção dos direitos e inclusão das pessoas com deficiência em diferentes áreas, incluindo educação, trabalho, acessibilidade e assistência social.

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal brasileira trouxe avanços significativos para a inclusão educacional das pessoas com deficiência. O artigo 208, inciso III, estabelece o direito ao "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". No ano posterior, a Lei nº 7.853, de 1989, estabeleceu normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, visando sua efetiva integração social.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecido pela Lei nº 8.069, de 1990, também desempenhou um papel fundamental na proteção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, incluindo aqueles com deficiência. O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência é previsto no ECA, sendo preferencialmente oferecido na rede regular de ensino.

Nos anos 90, a Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social) trouxe alterações importantes no campo da seguridade social, estabelecendo direitos e benefícios para as pessoas com deficiência, como aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-inclusão. Ainda neste mesmo ano, a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS) estabeleceu diretrizes para a assistência social no país, garantindo a proteção social às pessoas com deficiência e sua inclusão na sociedade por meio de benefícios e serviços socioassistenciais.

O Decreto nº 3.298/1999 regulamentou a Lei nº 7.853/1989 e estabeleceu a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, definindo critérios para a avaliação da deficiência, estabeleceu diretrizes para a promoção da acessibilidade e determinou a reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos.

Nos anos 2000, a Lei nº 10.098/2000, conhecida como Lei de Acessibilidade, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, abrangendo diversos aspectos, como edificações, transporte, comunicação e informação.

A Lei nº 10.436/2002 reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, e regulamentou a profissão de intérprete de Libras. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, promulgou a Lei nº 10.845/2004 que tem como objetivo um Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com Deficiência, com o objetivo de ampliar o acesso e a qualidade da educação inclusiva. No ano posterior, a Lei nº 11.126/2005 garantiu o direito das pessoas com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhadas de cães-guia.

Em 2015, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) representou um marco importante na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, estabelecendo diretrizes abrangentes para a promoção da inclusão social e cidadania, abordando questões como acessibilidade, educação inclusiva, trabalho, saúde e esporte. Além disso, iniciativas como o Programa Nacional de Acessibilidade, a Lei de Cotas e programas de apoio e tecnologia assistiva têm contribuído para a garantia dos direitos e a promoção da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Ademais, a Lei nº 13.835/2019 estabeleceu o direito das pessoas com deficiência visual de receberem cartões de crédito e movimentarem contas bancárias com informações em caracteres de identificação tátil em braile. Essa lei busca garantir a inclusão financeira e a autonomia das pessoas com deficiência visual, permitindo-lhes acessar os serviços bancários de forma mais acessível e independente. No ano seguinte, a Lei nº 13.977/2020 promulgada em 8 de janeiro de 2020, trouxe alterações na Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) e na Lei nº 9.265/1996, com o objetivo de instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Cíptea). Essa lei visa garantir o reconhecimento e a identificação das pessoas com transtorno do espectro autista, fornecendo uma documentação específica que facilite o acesso a direitos e benefícios, além de proporcionar maior inclusão e respeito aos direitos dessa parcela da população.

As políticas públicas voltadas para a inclusão e garantia dos direitos das pessoas com deficiência têm apresentado avanços significativos em relação ao passado. No entanto, ainda persistem desigualdades até os dias atuais. Devido ao estigma social associado à deficiência que perdurou por vários séculos, a aceitação dessas pessoas na sociedade ainda é um desafio em diversos contextos. Esse estigma alimenta o preconceito e a exclusão, perpetuando imagens negativas em relação às pessoas com deficiência. É importante analisar essas representações presentes na literatura e em outros campos, para promover uma conscientização e mudança de mentalidade que contribua para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

2.3 Representação e representatividade da pessoa com deficiência nas diferentes manifestações artísticas

A relação entre deficiência e sociedade representada nas artes desempenha um papel fundamental no entendimento dos fenômenos de exclusão e inclusão. As manifestações artísticas, como pintura, escultura, literatura, teatro, cinema e música, têm o poder de refletir e influenciar as percepções e atitudes em relação à deficiência. Através das artes, é possível explorar e questionar estereótipos, preconceitos e barreiras sociais que afetam as pessoas com deficiência. As obras de arte podem desafiar as normas estabelecidas, trazer à tona as experiências e desafios enfrentados por essas pessoas e promover a empatia e a compreensão, além disso, representação artística da deficiência também pode desempenhar um papel importante na promoção da inclusão.

Através dos artefatos encontrados na Era Neolítica, podemos constatar que as deficiências já eram uma realidade desde os períodos mais antigos da Pré-História. Vasos e urnas decorados retratavam homens com sinais evidentes de deformidades permanentes, como corcundas, coxos, anões e amputados. Essas representações indicam que esses indivíduos com deficiência não apenas sobreviviam até a idade adulta, mas também possuíam algum valor para a sociedade da época, seja por superstições ou por sua utilidade real (SILVA, 1987, p.22).

No Egito Antigo, também há evidências arqueológicas que revelam que algumas pessoas com deficiência eram integradas nas diferentes classes sociais da época, que eram estruturadas de forma hierárquica. Através da arte egípcia, como afrescos, papiros, túmulos e múmias, podemos observar a presença e representação de pessoas com deficiência. A múmia de Talchos, datada da época de Saíta, exposta no Museu do Cairo, é um exemplo concreto de como pessoas eram representadas na arte.

Além disso, A Estela votiva da XIX Dinastia, exposta no Museu Ny Carlsberg Glyptotek em Copenhague, Dinamarca, é uma placa de calcário que retrata uma cena de oferenda à deusa Astarte, da mitologia fenícia. Nessa representação, uma pessoa com deficiência física, identificada como Roma pelos especialistas médicos, é mostrada ao lado de sua esposa e filho. A presença dessa imagem de uma pessoa com deficiência física em uma estela votiva indica que, naquela época, algumas PcD também eram reconhecidas como membros ativos da sociedade e participavam de práticas religiosas e rituais.

Na Grécia Antiga, a busca pela perfeição estética, tanto física quanto intelectual, era altamente valorizada. Homero, o renomado poeta grego, é amplamente conhecido por seus épicos, como a *Ilíada* e a *Odisséia*. Segundo relatos, Homero era cego e teria vivido em uma

época anterior ao século VII a.C. Em sua obra, Homero criou o personagem de Hefesto, o ferreiro divino. De acordo com a mitologia, Hefesto nasceu com uma das pernas atrofiadas e foi rejeitado por sua mãe Hera, sendo posteriormente lançado para fora do Olimpo por Zeus. “Quando, no Olimpo, os convivas e dobram às gargalhadas ao ver o deus Hefesto coxear de um lado para outro no salão, não é Homero quem ri, e sim os deuses por ele criados” (HOMERO, 2013, p.48).

Homero retrata a jornada de Hefesto, junto com seu guia Dioniso, de volta ao Olimpo. Essa representação é encontrada em uma pintura de figuras vermelhas atribuída ao Pintor de Cleofonte, datada de 430-420 a.C., atualmente no *Toledo Museum of Art*. Essa história mitológica retrata como a deficiência física não impediu Hefesto de alcançar grande habilidade e prestígio em seu ofício. “Hefesto foi com eles, exultando na sua força, coxeando; mas as pernas por baixo dele eram ágeis” (HOMERO, 2013, p.451).

O escritor Nepomuceno Lemercier escreveu um romance em versos chamado *Belisário*, que posteriormente foi musicado por Dominique Pierre Jean Garat, um compositor e cantor francês do final do século XVIII. Essas representações artísticas mostram a transformação de Belisário, de um magnífico general amado pelo povo em um mendigo, destacando a tragédia da sua condição de cegueira e as injustiças que ele enfrentou. Essas obras oferecem uma reflexão sobre a condição humana, as injustiças sociais e a perda de status e poder devido à deficiência.

Na Idade Média, a representação da deficiência nas artes estava fortemente ligada ao contexto religioso, especialmente na arte católica. As catedrais góticas medievais apresentavam esculturas de gárgulas e figuras grotescas, algumas das quais retratavam deficiências físicas. Tais representações, frequentemente, carregavam um caráter simbólico, como meio de afastar influências malignas ou representar a batalha entre forças do bem e do mal.

O grotesco e o seu contraponto, o sublime, ocuparam um grande espaço nas artes da Idade Média. Ao primeiro, são remetidos as doenças, as deformidades, o ridículo, os vícios e os crimes; ao segundo, a moral cristã concebe os encantos e a pureza. (...) As fachadas das catedrais emolduram figuras monstruosas, disformes e assustadoras, como um misto de resquícios da era pagã e de ensinamentos sobre o que poderia acontecer aos desviantes da verdadeira fé. (MORI, 2009, p. 200).

Leo Kanner (1964) observou que na literatura antiga a única ocupação mencionada para pessoas com deficiência intelectual era a de bobo ou palhaço, cujo papel era proporcionar diversão para os senhores e seus convidados. Essa representação reflete a falta de compreensão e valorização das habilidades e potenciais das pessoas com deficiência naquela época, reduzindo-as a papéis estereotipados e de entretenimento.

Durante o Renascimento, vários pintores retrataram pessoas com deficiência em suas obras, abordando diferentes perspectivas e contextos. Algumas dessas pinturas mostram a situação de miséria em que viviam as pessoas com deficiência, ressaltando a realidade dessas pessoas em determinadas épocas e exclusão que elas enfrentavam. Outras obras de arte renascentistas destacam cenas que evidenciam a inadequação de certas atitudes em relação às pessoas com deficiência, levantando questões sobre a compaixão, inclusão e tratamento justo. Essas pinturas podem representar momentos de interação social ou de reflexão sobre as disparidades e preconceitos existentes na época.

Um exemplo dessas obras é *Menino de pés tortos* (1642) de José de Ribera, que representa um jovem sorridente com deformações em seu pé e mão direita. A obra mostra a representação do menino com muleta, segurando um papel com a frase em latim: “Deem-me esmola, por amor a Deus” (Da mihi elimonsinam propter amorem Dei), que evoca a imagem de um mendigo que pede esmola por piedade divina. A presença da muleta sugere uma limitação física, possivelmente uma deficiência que dificulta sua locomoção. O uso do papel com a frase em latim pode indicar que o menino é surdo e incapaz de verbalizar seu pedido, e depende do apoio da comunidade para sobreviver. Essas representações eram frequentemente associadas à consciência cristã e à caridade, buscando transmitir uma mensagem de compaixão e solidariedade.

Na dança, os anões, no Egito Antigo, eram altamente valorizados por sua habilidade como dançarinos. Segundo Silva (1987), há textos hieroglíficos que mencionam a capacidade de um anão em dançar como um elogio, referindo-se a eles como dançarinos diante de Osíris, uma figura importante na mitologia egípcia.

No que se refere à música, é importante ressaltar alguns músicos com deficiência que deixaram um legado significativo na música em diferentes contextos e épocas em que muitas dessas pessoas eram marginalizadas e não tinham seu espaço na sociedade. Diego Cabezón (1500-1566), um renomado compositor de música para órgão da Espanha, era cego e conseguiu superar as dificuldades para se tornar um músico de destaque. Aos 26 anos, foi nomeado organista e clavicordista da Rainha Isabel da Espanha, devido à sua habilidade excepcional na execução de música sacra nesses instrumentos, foi um mestre da polifonia e exerceu uma influência significativa sobre vários organistas de sua época.

Ludwig van Beethoven (1770-1827) foi um dos compositores mais influentes da história, Beethoven perdeu a audição gradualmente ao longo de sua vida, mas continuou a compor obras-primas musicais que são referências nos dias atuais, mesmo quando já estava

completamente surdo.

Nas esculturas, tivemos no Brasil, um exemplo notável de um artista com uma deficiência física que deixou um legado artístico duradouro. Antônio Francisco Lisboa, conhecido como "Aleijadinho", durante o século XVIII e XIX, apesar de enfrentar a tromboangeíte obliterante, uma doença que afetava suas mãos e pés, realizou trabalhos impressionantes em pedra, como a escultura dos doze profetas no adro da igreja do Bom Jesus dos Matozinhos. Sua habilidade e genialidade artística foram reconhecidas por seus contemporâneos, apesar de sua condição física. Aleijadinho faleceu aos oitenta e quatro anos, solitário e esquecido, parcialmente paralisado e cego.

Na literatura e na adaptação cinematográfica, temos *O Corcunda de Notre-Dame*, que é um famoso romance escrito pelo autor francês Victor Hugo. Publicado em 1831, o livro narra a história de Quasímodo, um corcunda que vive na Catedral de Notre-Dame, em Paris, durante o século XV. A obra apresenta uma abordagem sombria e dramática em sua essência, explorando temas como discriminação, injustiça e busca por aceitação.

Na pintura, Frida Kahlo (1907-1954) foi uma renomada artista mexicana conhecida por suas obras de arte autênticas e impactantes. Sua pintura é caracterizada por sua temática autobiográfica, expressando suas experiências pessoais, dor física e emocional, bem como sua identidade mexicana e o feminismo. As obras de Frida Kahlo são marcadas por elementos simbólicos, cores vibrantes e um estilo surrealista. Ela também retratava seu corpo ferido e sua deficiência física resultante de um grave acidente de ônibus que sofreu na juventude.

Ainda na pintura, no Brasil, tivemos Tarsila do Amaral, renomada artista plástica que deixou um legado significativo em suas pinturas. Apesar de ter ficado parálitica em uma cadeira de rodas após uma cirurgia malsucedida na coluna em 1965, isso não impediu sua carreira na arte. É conhecida por obras como "Abaporu", que foi uma das pinturas mais emblemáticas do Brasil e marcou o início do movimento antropofágico nas artes plásticas na década de 1920.

Anita Malfatti foi uma importante artista brasileira do movimento modernista, nascida em 1889, em São Paulo. Ela ganhou destaque na década de 1910 com suas pinturas que rompiam com os padrões acadêmicos da época. Anita tinha atrofia na mão direita e teve de aprender a pintar com a mão esquerda, mas isso não a limitou. É considerada uma das principais artistas do movimento modernista no país, com um estilo expressivo e inovador.

Na contemporaneidade, temos presenciado avanços significativos em relação à representação das pessoas com deficiência nas diversas formas de expressão artística. Com o crescimento do discurso de inclusão e a implementação de políticas públicas voltadas para a

igualdade de oportunidades, mais pessoas com deficiência estão encontrando espaço na literatura, música, escultura e internet.

Atualmente, é possível constatar um considerável incremento do protagonismo de indivíduos com deficiência em séries de renome, cuja notoriedade transcende fronteiras. Entre elas, destacam-se obras como *The Good Doctor* (2017-presente), *Stranger Things* (2016-presente), *Glee* (2009-2015) e *Atypical* (2017-presente). Nessas produções, indivíduos com deficiência assumem papéis preponderantes, insuflando a narrativa com suas perspectivas singulares. Cumpre mencionar também o herói de quadrinhos, *Demolidor* e também o *Professor Xavier*, oriundos do universo Marvel. No contexto do cinema nacional, podemos mencionar emblemáticas obras contemporâneas, tais como *Hoje Eu Quero Voltar Sozinho* (2014) e *O Filho Eterno* (2016). Essas produções cinematográficas endossam a nossa trajetória rumo a um futuro mais inclusivo, não somente nos âmbitos da internet, do cinema e da literatura, mas também em múltiplos segmentos artísticos. No entanto, ainda existem vestígios de estereótipos e marginalização presentes em algumas obras consideradas contemporâneas. É importante analisar criticamente essas representações e suas conexões com as questões sociais que envolvem as pessoas com deficiência.

Nos seguintes capítulos deste trabalho, serão abordadas duas obras da literatura brasileira com contextos históricos diferentes, investigando as críticas sociais associadas às pessoas com deficiência presentes nessas narrativas. Isso nos permitirá compreender melhor as representações históricas e contemporâneas das pessoas com deficiência na arte brasileira e refletir sobre os avanços conquistados e os desafios ainda enfrentados nesse campo.

3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA: REPRESENTAÇÕES E REPRESENTATIVIDADE

A perspectiva de direitos humanos ao longo dos anos tem sido fundamental para buscar equidade e justiça social para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. O movimento global pela inclusão social tem se tornado uma ação política, social, cultural e pedagógica buscando integrar a questão da deficiência em diferentes aspectos da sociedade (BRASIL, 2008).

A literatura, como forma de arte, tem o poder de mobilizar e impactar a sociedade de diversas maneiras. Através das histórias e das palavras, a literatura pode abordar questões sociais importantes, despertar empatia, promover reflexões e questionar normas estabelecidas.

Além disso, ela tem o potencial de trazer à tona temas sensíveis, oferecer escuta e reverberar a voz aos marginalizados, explorar questões de identidade, injustiça e desigualdade, e inspirar ação e mudança. Também desafia o pensamento convencional e estimula a imaginação, permitindo que os/as leitores/as explorem diferentes perspectivas e realidades. Segundo Antonio Candido em “O Direito à literatura”:

Podemos dizer que a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio social psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. (CANDIDO, 2013, p.177).

Além disso, a literatura pode servir como uma forma de registro histórico, documentando eventos e períodos importantes, bem como as experiências e perspectivas de diferentes grupos sociais, preservando narrativas e memórias e contribuindo para a construção da identidade cultural e coletiva de uma sociedade. Dessa forma, a literatura desempenha um papel fundamental como ferramenta de mobilização social, ajudando a criar consciência, despertar sentimentos e influenciar ações. Ela desafia, inspira e conecta pessoas, oferecendo uma maneira poderosa de compreender e responder aos desafios e necessidades urgentes da humanidade e da sociedade como um todo.

Por isso é que nas nossas sociedades, a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (CANDIDO, 2013, p.177).

Com base nesse contexto, é pertinente ressaltar alguns escritores que tinham deficiência e obtiveram uma posição proeminente na sociedade brasileira, notadamente no âmbito da literatura. Antonio de Castro Alves, renomado poeta do Romantismo Brasileiro, enfrentou dificuldades relacionadas à deficiência física no final de sua vida. Apesar de ser conhecido como o poeta da liberdade e da denúncia das desigualdades sociais, sua luta também se estendeu à própria saúde e superação de suas limitações. Em um incidente ocorrido em 1868, durante uma caçada no bairro do Brás, Castro Alves acidentalmente disparou sua espingarda, resultando em um ferimento grave em seu pé esquerdo. Apesar das adversidades enfrentadas devido à sua deficiência física, Castro Alves continuou a produzir sua poesia engajada e a lutar por suas ideias até seu falecimento prematuro, em 1871, na Bahia. Sua obra poética é marcada por uma forte crítica à escravidão e à opressão social, deixando um legado significativo na Literatura Brasileira.

José Espínola foi um escritor brasileiro deficiente visual total, nascido na Zona Norte do Rio de Janeiro (1906-1998) que desempenhou um papel significativo na luta pela inclusão das pessoas cegas no mercado de trabalho e no acesso à educação superior. Além disso, teve uma vida intelectual intensa, escrevendo sobre educação para cegos em diversos jornais do Rio de Janeiro. Foi membro da Academia Petropolitana de Educação e publicou dois livros pela editora José Olympio: *A Vida de quem não vê* (1946) e *O que é ser cego* (1983). Sua contribuição na escrita e na divulgação de temas relacionados à deficiência visual foi fundamental para promover a conscientização e o entendimento da realidade das pessoas cegas.

Aderaldo Ferreira de Araújo, conhecido como “Cego Aderaldo”, foi uma figura importante na cultura nordestina do cordel. Nascido em 1878, no Ceará, trabalhava como maquinista na Estrada de Ferro de Baturité quando perdeu a visão após uma forte dor nos olhos. Sem recursos e sem ninguém para ajudá-lo, Cego Aderaldo descobriu seu talento para cantar e improvisar versos, transformando isso em seu trabalho. Ele percorreu diversas regiões do Ceará, Piauí e Pernambuco, apresentando-se como cantador e declamador de cordéis. Com sua habilidade poética e musical encantava o público e se tornou uma figura conhecida e respeitada na tradição do cordel. Sua trajetória representa a força e a superação diante das adversidades, demonstrando como a arte e a poesia podem ser uma forma de expressão e sustento para aqueles que enfrentam desafios e limitações.

No âmbito contemporâneo, destaca-se a figura de Carlos Eduardo Pereira, um homem negro e pessoa com deficiência, nascido no Rio de Janeiro em 1973. Sua estreia literária ocorreu com o romance intitulado *Enquanto os Dentes*, publicado pela editora Todavia, sendo finalista do prestigioso Prêmio São Paulo de Literatura. Nessa obra, o autor aborda suas experiências pessoais e aborda questões urgentes sem abrir mão da imaginação criativa. Vale ressaltar que Pereira é cadeirante, uma condição que teve início em um Domingo de Páscoa, de 2010, quando ele acordou com formigamento nos pés. Nos dias subsequentes, a sensação de dormência se estendeu para os tornozelos e continuou a se propagar por seu corpo. Com o passar do tempo, ele enfrentou grandes dificuldades para caminhar, necessitando de apoio da esposa ou de apoios nos corredores. Embora o diagnóstico de Pereira ainda não esteja definitivamente estabelecido, há suspeitas de que ele possa estar sofrendo de neuromielite óptica, uma doença degenerativa em que o próprio sistema imunológico do paciente ataca os nervos ópticos e a medula espinhal. No personagem Antônio, do livro *Enquanto os Dentes*, também é retratada a experiência de testar positivo para neuromielite óptica após um acidente de carro, o qual acelerou o progresso da doença. A vivência pessoal de Carlos Eduardo Pereira, tanto em relação à sua identidade negra quanto à sua condição de cadeirante, serviu de inspiração para a escrita dessa obra literária.

No que se refere à representação de personagens com deficiência na literatura brasileira, ainda é limitada, e muitas vezes são carregadas de estereótipos e preconceitos. No entanto, ao

longo do tempo, algumas obras conseguiram quebrar esses estigmas contribuindo para desmistificar a ideia de uma literatura considerada inferior e conseguiram romper com estigmas, contribuindo para uma literatura brasileira mais inclusiva e representativa. Mostrando a importância de oferecer escuta e espaço para personagens com deficiência, proporcionando uma visão mais realista e diversa da experiência humana.

A presença da temática das deficiências na mitologia indígena e sua evolução, que passaram a integrar na Literatura Brasileira ao longo dos anos e que, posteriormente, foi difundida como “Folclore brasileiro”, é um assunto de análise e reflexão importante. Algumas dessas histórias, ao serem transmitidas oralmente e posteriormente registradas na forma escrita, podem sofrer alterações e conter elementos associados ao mal, castigo e punição relacionados à deficiência. No entanto, é necessário considerar que essas narrativas são parte de um contexto cultural específico, onde o real e o fantástico se misturam e são influenciados pelas crenças e valores da sociedade em que estão inseridas.

A análise cuidadosa dessas histórias nos permite compreender a evolução e a transformação das representações das deficiências ao longo do tempo. À medida que essas histórias passaram a integrar a Literatura Brasileira, elas se tornaram objeto de pesquisa e reflexão, contribuindo para uma maior compreensão da construção e fortalecimento de imagens pejorativas associadas à temática da deficiência.

O Saci é um personagem muito conhecido na mitologia brasileira. Sua origem remonta a diferentes tradições indígenas que posteriormente foram se misturando com as africanas e europeias, resultando em diferentes representações ao longo do tempo e em diferentes regiões do país. Inicialmente, retratado como um ser travesso, com características físicas semelhantes às das crianças indígenas, como duas pernas e pele negra, porém com a peculiaridade de possuir um rabo. Com influências africanas, foi associado a um menino negro que perdeu a perna lutando capoeira e herdando o pito (uma espécie de cachimbo) da cultura africana.

Para muitos folcloristas, o Saci é considerado um fiel representante de um período social da história do Brasil: a época da escravidão. Não sendo por acaso que o Saci apresenta-se com uma perna só, pois todos os escravizados fugidos que eram recapturados passavam por muitas torturas, e, muitas vezes, eram esquartejados. (FIGUEIRA, 2020, p.152).

Monteiro Lobato, com seu livro *O Saci* (1921), foi um dos que trouxeram o personagem para a Literatura Brasileira, porém, é importante destacar que sua obra carrega estereótipos e preconceitos relacionados à pessoa com deficiência e às pessoas negras. O personagem Saci é retratado de forma estigmatizada, associado a traços escravistas e marginalizados. Por outro

lado, é válido mencionar Ziraldo, criador da *Turma do Saci Pererê* nos quadrinhos, que teve um papel significativo ao alcançar também as crianças da cidade grande. Ziraldo apresentou uma abordagem mais lúdica e inclusiva do personagem, buscando desconstruir estereótipos e preconceitos, promovendo uma representação mais positiva do Saci e valorizando a diversidade.

Ainda no que se refere à representação dessas pessoas na Literatura Brasileira, podemos destacar alguns contos de Rubem Fonseca, renomado escritor brasileiro, reconhecido como um dos grandes ficcionistas da literatura nacional. Sua obra se destaca por abordar temas relacionados aos marginais e aos excluídos socialmente. Abordou a temática da deficiência em dois de seus contos da obra *Amálgama*, publicada em 2013, sendo eles: "O Filho" e "Conto de Amor". Nessas histórias, o autor explora as experiências de personagens que enfrentam desafios e limitações relacionados à sua condição física ou mental.

Ambas as narrativas abordam a questão da deficiência física e exploram as diferentes reações e atitudes das pessoas em relação a isso. Em "O Filho", a rejeição do filho com deficiência por parte da mãe e a decisão de abandoná-lo em uma lata de lixo refletem a visão desumanizadora e discriminatória que algumas pessoas têm em relação às pessoas com deficiências. O conto expõe a falta de compreensão, empatia e apoio para com essas pessoas, retratando a deficiência como algo indesejado e que deve ser descartado.

Em "Conto de Amor", a anomalia genética do filho é um elemento central da história. A narrativa aborda o desejo do menino de participar da guerra, apesar de suas limitações físicas, revelando a luta contra estereótipos e preconceitos que as pessoas com deficiências enfrentam. A forma como o pai manipula e explora a situação, entregando uma bomba ao filho, pode ser interpretada como uma crítica à visão distorcida da sociedade em relação às pessoas com deficiências, que muitas vezes são vistas como impotentes ou até mesmo como um fardo a ser carregado.

No conto "Amor", de Clarice Lispector, também encontramos a presença dessa temática. No texto clariceano, a protagonista Ana é confrontada com a presença de um homem cego que mascava goma. A sua simples existência perturba a paz alienada de Ana, pois ela se confronta com a dureza da vida e a realidade crua representadas pela deficiência visual desse homem. A reação de Ana ao olhar para o homem cego "como se ele a tivesse insultado" revela sua incompreensão e desconforto diante da presença de uma pessoa com deficiência.

Por fim, João Guimarães Rosa, um dos nomes mais renomados da Literatura Brasileira, também trouxe a temática da pessoa com deficiência para um conto, chamado “São Marcos”. No texto de Rosa, a representação da pessoa com deficiência é explorada de forma simbólica e como parte de uma narrativa de vingança e justiça poética.

Essas obras convidam o/a leitor/a a refletir sobre a forma como as pessoas com deficiências são percebidas e tratadas na sociedade, questionando estereótipos, preconceitos e a falta de inclusão. Elas destacam a importância de uma visão mais empática, igualitária e respeitosa em relação às pessoas com deficiências, buscando superar a ideia de que elas são peso morto, miséria, piedade ou monstruosidade, e reconhecendo sua dignidade, capacidades e direito à plena participação na sociedade.

A análise da representação da pessoa com deficiência nas obras acima deve ser compreendida dentro do contexto literário e simbólico da obra, bem como a crítica subjacente presente na narrativa. As obras literárias têm o poder de provocar reflexões e questionamentos sobre diversos aspectos da sociedade, incluindo a forma como as pessoas com deficiência são percebidas e tratadas.

4 MACHADO DE ASSIS E A NARRATIVA INQUIETANTE DE MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS

Amplamente reconhecido como o precursor do Realismo Brasileiro com a obra *Memória Póstumas de Brás Cubas*, publicada em 1881, além de suas notáveis contribuições para a literatura, Machado também participou ativamente de momentos históricos significativos, como a abolição da escravidão e a transição do Brasil do Império para a República.

4.1 A denúncia social de Machado de Assis na Literatura Brasileira

Joaquim Maria Machado de Assis, é considerado um dos maiores escritores brasileiros, nasceu no dia 21 de junho de 1839, no Rio de Janeiro. Sua origem humilde refletia-se em seus pais: Francisco José de Assis, que era pintor e dourador, e Maria Leopoldina Machado de Assis, de origem açoriana. Machado também neto e bisneto de escravizados alforriados. Criado no Morro do Livramento, no Rio de Janeiro, teve acesso limitado à educação, pois desde cedo precisou trabalhar para ajudar a sustentar a família. Apesar das dificuldades, ele alcançou grande reconhecimento como escritor, tornando-se um dos principais expoentes da literatura brasileira.

Pobre, negro e epilético. Nascido nessas condições, Machado de Assis encontrava-se em condições completamente adversas para que se tornasse, ainda em vida, um dos mais célebres brasileiros de todos os tempos, tendo sido fundador e o primeiro presidente da então renomada Academia Brasileira de Letras e sendo reconhecido como o maior escritor do país. (PARDAL, 2014, p.01).

Desde a infância, Machado de Assis já manifestava sintomas de uma constituição nervosa frágil, incluindo epilepsia e gagueira, que o acompanharam ao longo de toda a vida. Essas condições contribuíram para que ele se tornasse uma pessoa reservada e tímida. Por causa do estigma social associado à epilepsia naquela época, tentava ocultar sua condição, pois vivia em uma conservadora sociedade, que cultivava mitos e preconceitos em relação à doença.

Ao longo de sua carreira, Machado de Assis publicou uma série de clássicos que são considerados obras-primas da literatura brasileira e ocidental. Seu talento literário o levou a se tornar o primeiro diretor da Academia Brasileira de Letras. Segundo a obra *Cadernos da Literatura Brasileira – Machado de Assis* (2005), Machado revelou seu talento literário precocemente, ao publicar seu primeiro trabalho com menos de 16 anos, na *Revista Marmota Fluminense*. Foi em 12 de janeiro de 1855 que seu poema "Ela" foi apresentado ao público. Começou a trabalhar como revisor e a contribuir com diversos periódicos, em seguida, foi nomeado assistente do diretor de publicação do *Diário do Rio de Janeiro*, em 1867.

No campo literário, Machado de Assis é considerado precursor do Realismo, movimento literário do século XIX. Machado introduziu uma abordagem realista e psicológica em suas obras. *Memória Póstumas de Brás Cubas*, obra que é nosso objeto de estudo, é considerada o marco inicial do movimento realista no Brasil. Os romances e contos machadianos exploram a complexidade da condição humana, as nuances dos relacionamentos e as contradições da sociedade brasileira. O uso hábil da ironia e da análise psicológica em sua escrita o destacam como um dos maiores escritores da literatura mundial, pois suas obras transcendem o tempo e continuam a despertar reflexões e debates até os dias atuais.

Como membro ativo da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, Machado de Assis foi testemunha e participante das transformações que ocorriam no país durante o final do século XIX e início do século XX. Viveu em uma época de grandes mudanças políticas, como a transição do regime imperial para a República, ocorrida em 1889.

No que se refere às suas críticas à sociedade brasileira no século XIX, em suas obras, o autor utiliza estratégias de camuflagem, na qual suas ideias são inseridas de maneira sutil na estrutura do texto, por meio de um jogo de disfarces em que seus escritos se moldam. Isso nos leva a compreender que a essência da obra machadiana não está explícita nas palavras, mas sim em um contexto mais profundo em que é necessário estar atento aos detalhes, às ironias, às

ambiguidades e às sátiras que permeiam os textos. Sua ironia afiada desvela as contradições humanas e revela a fragilidade das estruturas que sustentam a ordem estabelecida. A carnavalização¹, por sua vez, subverte as hierarquias e inverte as normas, proporcionando uma visão crítica e subversiva da realidade.

As críticas literárias contemporâneas, por muitas vezes, classificam Machado de Assis como um escritor omissivo, o acusam de indiferença em relação às questões nacionais e de escrever uma literatura voltada apenas para a elite burguesa, seguindo os moldes europeus. No entanto, ao adotar pseudônimos, Machado cria uma espécie de jogo de máscaras literárias, onde sua voz se multiplica e adquire diferentes tons e perspectivas.

(...) para além de uma grande quantidade de pseudônimos como “Lélio”, “Eleazar”, “Manassés”, “Gil”, “Sileno” ... – e já nisto o escritor parece não ter tido par brasileiro – que nada lembram seu nome civil, as diversas elaborações feitas a partir dele, usadas como assinatura, também figuram e concorrem em sua obra muito antes e além da assinatura de Brás Cubas na célebre advertência “Ao leitor” e das iniciais “M. de A.” Que subscrevem as advertências de alguns de seus livros, como a de *Memorial de Aires*. (SANTOS, 2011, p.14).

Essa estratégia lhe confere uma liberdade criativa e uma proteção contra eventuais represálias ou censuras, permitindo-lhe explorar de forma profunda e autêntica as questões que deseja abordar, construindo suas críticas por meio de insinuações, ambiguidades e nuances.

A ironia viva e forte na escrita machadiana – e presente também, de fato, em praticamente toda grande obra de arte – é um avanço libertário, que propõe ao leitor uma posição independente para atuar na produção de sentido, duvidando, e questionando o narrador e as personagens. Praticamente em toda a escrita ficcional (crônicas, contos, poemas e romances) da chamada segunda fase de Machado se institui um fundamento antidogmático, que obriga a participação ativa do leitor, que não apenas fica diante de uma experimentação de sentido da escrita, como fica desestabilizado na base dos próprios dogmas em que acredita, sejam eles religiosos, científicos, morais etc. (FACIOLI, 2008, p.29).

Dessa forma, Machado de Assis utiliza-se de sofisticadas estratégias literárias para expressar sua crítica social e suas reflexões sobre a condição humana. Por trás dos pseudônimos, das sátiras e das ironias, encontra-se um escritor perspicaz e provocador, cuja escrita transcende as aparências e convida o/a leitor/a a refletir sobre os valores e as contradições da sociedade brasileira.

¹ A "carnavalização da literatura" refere-se à transposição do espírito e dos elementos do carnaval para a linguagem literária. Para Bakhtin (1981), essa abordagem envolve a adoção de técnicas narrativas, estilísticas e temáticas que refletem a atmosfera festiva, a subversão das normas e a inversão dos valores característicos do carnaval.

4.2 Análise da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e a personagem Eugênia

A publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1881, marcou o início do Realismo no Brasil e teve como pano de fundo o contexto histórico da construção da urbanidade brasileira, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, que era a capital nacional na época.

Segundo Alfredo Bosi, em sua obra *História concisa da Literatura Brasileira* (1970): “o ápice e o equilíbrio da prosa brasileira encontram-se na ficção realista de Machado de Assis”. Para Bosi, a obra de Machado de Assis pode ser dividida em dois momentos distintos, sendo o divisor de águas as *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Nesse contexto, Machado de Assis, por meio de *Memórias Póstumas* apresenta de forma realista e desidealizada a decadente elite burguesa do Rio de Janeiro, no século XIX, ainda presa a valores conservadores. O escritor utiliza a ironia para criticar os costumes burgueses da época, revelando a hipocrisia e a futilidade dessa classe social.

Na obra, a história é contada em primeira pessoa pelo personagem protagonista Brás Cubas, que se refere a si mesmo como um "defunto autor". Após sua morte, o narrador-personagem decide escrever sobre sua vida de uma perspectiva particular e subjetiva, transcendendo o tempo e o espaço.

A persistência na afronta, sem a qual as Memórias ficariam privadas de seu ritmo próprio, funciona como um requisito técnico. Para cumpri-lo o narrador a todo momento invade a cena e “perturba” o curso do romance. Essas intromissões, que alguma regra sempre infringem, são o recurso machadiano mais saliente e famoso. (SCHWARZ, 2000, p.14)

O tempo ficcional das *Memórias Póstumas*, ou seja, a duração na qual os eventos são apresentados, abrange desde o nascimento do protagonista do romance até a sua morte, sendo, portanto, sessenta e quatro anos. A estrutura do tempo na obra é apoiada em dois momentos, sendo eles: cronológico e psicológico.

O tempo psicológico do autor é o tempo após a sua morte, o que lhe permite relatar sua vida de forma subjetiva, com divagações e manipulação dos eventos, sem seguir uma sequência cronológica convencional. Por exemplo, Brás Cubas começa a contar sua história a partir da morte, antes do seu nascimento e dos acontecimentos da sua vida. Essa abordagem confere à narrativa uma característica singular e desafiadora para o/a leitor/a.

Alguns tempos hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo (ASSIS, 1998, p.01).

É a partir do tempo da ficção que conseguimos observar os primeiros rompimentos aos modelos tradicionais dos romances da época, o rompimento com a linearidade da narrativa, que pode provocar nos/nas leitores/as uma espécie de estranhamento, que já se manifestava nos capítulos iniciais quando o narrador se denomina como um defunto autor.

Apesar do "começo pelo fim", isto é, a narração da morte no primeiro capítulo, o pseudo-autor mantém uma acentuada sequência cronológica na apresentação dos fatos que configuram sua vida. Contudo, o tempo ficcional das *Memórias* é muito longo; e como não se pode narrar tudo de uma coisa, o princípio da seleção dos fatos a serem apresentados é aplicado inapelavelmente. O memorialista escolhe as passagens de sua vida que merecem ser rememoradas e as apresenta ao leitor, ora abreviando-as, ora alongando-as. (FARIA, 1976, p.162).

Com o objetivo de criticar de forma sutil e irônica os romances publicados nos folhetins da época e, sobretudo, a elite burguesa do século XIX, Machado de Assis intencionalmente emprega uma linguagem repleta de ambiguidade e metáforas na narrativa.

Essas qualidades – o lapidar e o persuasivo – são as únicas na prosa brasileira. São a ductilidade machadiana, que é essa capacidade que a linguagem de Machado tem de realizar com suavidade de uma passagem do sentido pelos corpos mais distintos, como, no caso, a do hipopótamo, que desliza para o gato, ou a de Virgília, cujo rosto reproduz o de Marcela, ou a da briga entre a Sandice e a Razão, ou a do próprio caso de Brás Cubas, que está morto e contempla o seu enterro. (RODRIGUES, 2000, p.16).

A trama de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* se desenrola em diferentes cenários, sendo o principal deles o Rio de Janeiro, onde ocorrem a maioria dos eventos da história. Também há passagens em Coimbra, cidade em Portugal para onde o protagonista é enviado pelo seu pai, com o objetivo de se recuperar de uma desilusão amorosa e é lá onde ele se forma em Direito.

No prólogo da obra, o narrador inicia direcionando uma mensagem ao leitor em que diz que adotou a forma livre de Stendhal, Sterne e Xavier de Maistre, mas com “rabugens de pessimismo”, reconhecendo que seu livro pode não agradar a todos os leitores: “(...) se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote, e adeus.” (ASSIS, 1998). Desse modo, o leitor das *Memórias Póstumas* não é apenas um espectador da vida e morte de Brás Cubas, mas também participa ativamente como um personagem-leitor, onde ele é convidado a se envolver de forma direta e íntima com a história, tornando-se parte integrante da experiência narrativa.

Estamos no espaço estilístico do Realismo, cuja postulação de objetividade, partilhada por autor e leitor, nada tem a ver com o narrador importuno que vemos descrevendo. Daí a pausa de tranqüilidade que acompanha este passo, onde por um momento o leitor escapa, ou parece escapar, aos manejos da personagem-autor. O contraste não podia ser mais vivo, mas o cessar-fogo não dura. (SCHWARZ, 2000, p.19)

Brás Cubas é um indivíduo burguês do século XIX, que não chegou a trabalhar e não

há acontecimentos significativos que o realize por completo, por essa razão, teve uma vida ociosa e, por vezes, entediante. Ele faleceu de pneumonia, em 1869, aos 64 anos, em uma chácara no Catumbi, bairro do Rio de Janeiro, e teve sua cerimônia fúnebre testemunhada por um grupo de onze amigos. No entanto, Brás Cubas retrata sua própria morte de forma irônica e simbólica, mencionando que morreu devido a um lampejo em sua mente, uma ideia criativa que o acometeu. Essa ideia interrompeu sua vida e o levou à morte, simbolizando sua incapacidade de concretizar suas ambições e projetos. “Morri de pneumonia; mas se lhe disser que foi menos a pneumonia, do que uma ideia grandiosa e útil, a causa da minha morte, é possível que o leitor me não creia, e, todavia, é verdade” (ASSIS, 1998, p.10).

A obra termina com o capítulo CLX intitulado “Das negativas”, onde narrador enfatiza a série de negativas que marcam a vida do protagonista. Brás Cubas não se casa, não consegue concluir o emplasto, um medicamento que ele idealizou para alcançar sucesso e reconhecimento social. Mesmo tornando-se deputado, seu desempenho é medíocre. Ele não deixa descendentes.

Este último capítulo é todo de negativas. Não alcancei a celebridade do emplasto, não fui ministro, não fui califa, não conheci o casamento. Verdade é que, ao lado dessas faltas, coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto. Mais; não padei a morte de D. Plácida, nem a semidemência do Quincas Borba. Somadas umas coisas e outras, qualquer pessoa imaginará que não houve minguagem nem sobra, e conseqüentemente que saí quite com a vida. E imaginará mal; porque ao chegar a este outro lado do mistério, achei-me com um pequeno saldo, que é a derradeira negativa deste capítulo de negativas: — Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria. (ASSIS, 1998, p.178).

Essas negativas ressaltam a falta de realizações e conquistas significativas na vida de Brás Cubas, enfatizando a sua condição de personagem frustrado e desprovido do sucesso que almejou tanto pessoal quanto profissional. Podemos inferir, portanto, a tentativa de Machado de Assis de retratar uma personagem que podia ser considerado inútil na sociedade da época, como alguém que não produz nem contribui para o progresso da nação, sem realizar grandes feitos ou contribuições significativas para a sociedade.

Ao longo dos capítulos, as não realizações de Brás Cubas são constantemente mencionadas e exploradas pelo narrador, onde ele relata suas experiências de vida, mas destaca, principalmente, seus fracassos e frustrações. Ele é retratado na obra como alguém que é dominado por suas paixões e pelo desespero em buscar ascensão social, para isso, na sociedade da época, seu pai acredita que o casamento poderia trazer-lhe uma imagem de seriedade e respeitabilidade que contribuiria para suas ambições políticas e sociais. “Todo homem público deve ser casado – interrompeu sentenciosamente meu pai” (ASSIS, 1998, p.55).

Também rompendo os paradigmas da estética romântica predominante na época anterior ao Realismo, o amor retratado na obra é diferente do idealismo romântico, no qual a mulher era

considerada imperfeita e inatingível. As paixões vivenciadas por Brás Cubas fogem desses padrões. Ao longo da obra, Brás Cubas relata suas tentativas frustradas de se casar. Ele busca uma esposa que seja adequada aos seus objetivos e que possa ajudá-lo a alcançar seus interesses pessoais, na obra, destacam-se: Virgília, Marcela, Nhã-Loló e Eugênia. Sendo esta última mencionada, a personagem que iremos analisar mais detidamente nesta pesquisa.

Eugênia é citada pela primeira vez no capítulo XXIX, quando o protagonista resolve fazer uma visita à D. Eusébia, amiga de sua falecida mãe, que é mencionada anteriormente no capítulo VII, em um episódio ocorrido em 1814, onde ele a viu beijando um homem casado. Essa lembrança ressurgiu durante a visita, e Brás Cubas sentiu-se intrigado pela presença de Eugênia, que tem 16 anos, e passa a ser chamada de “A flor da moita” pelo narrador, em razão desta lembrança e por ser uma filha bastarda, expressão que dá nome ao capítulo XXX.

Eugênia, a flor da moita, mal respondeu ao gesto de cortesia que lhe fiz, olhou-me admirada e acanhada, e lentamente se aproximou da cadeira da mãe. A mãe arranhou-lhe uma das tranças do cabelo cuja ponta se desmanchara. Ah! Travessa! – dizia. Não imagina, doutor, o que isto é... E beijou-a com tão expansiva ternura que me comoveu um pouco; lembrou-me minha mãe, e direi tudo, tive umas cócegas de ser pai. (ASSIS, 1998, p.56).

A partir disso, Brás Cubas que inicialmente estava planejando o seu noivado com Virgília, se encanta por Eugênia durante a visita e passa a enxergá-la como uma potencial pretendente para o casamento. “Depressa nos familiarizamos; a mãe fazia-lhe grandes elogios, eu escutava-os de boa sombra, e ela sorria com os olhos fúlgidos, como se lá dentro do cérebro lhe estivesse a voar uma borboletinha de asas de ouro e olhos de diamantes” (ASSIS, 1998, p.57). Essa descrição que pode até ser considerada poética, revela o encantamento e a fascinação que Brás Cubas sente por Eugênia nesse primeiro momento, ressaltando sua beleza, pureza e atração que ela exerce sobre ele.

No capítulo seguinte, XXXI, intitulado “A borboleta preta”, conseguimos perceber algumas críticas de Machado de Assis através de uma interpretação minuciosa a fim de construir um sentido, pois trata-se de um texto figurativo, onde essas figuras visuais, podem ser revestidas em temas sociais que faziam parte daquela época. Para entender esse capítulo, é necessário ressaltar que nas páginas anteriores, Dona Eusébia e sua filha ficam espantadas com uma borboleta preta que entra em sua casa no mesmo momento em que a mãe de Eugênia tecia elogios à sua filha, e Brás Cubas parecia ver lá dentro do cérebro da menina borboletas de asas de ouro e olhos de diamante. Essa imagem simbólica da borboleta que passa a ser tão presente nesses dois capítulos, pode ser utilizada para criar uma unidade de sentido.

Após esse momento, uma outra borboleta preta entra em seu quarto e o faz lembrar de

Eugênia: “Lembrou-me o caso da véspera, e ri-me; entrei logo a pensar na filha de Dona Eusébia, no susto que tivera, e na dignidade que, apesar dele, soube conservar” (ASSIS, 1998, p.57). No entanto, dessa vez, a borboleta preta entra em seu quarto e pousa em cima de um retrato de seu pai e ele interpreta o gesto suave da borboleta mover as asas como um ar de deboche. Essa interpretação o aborrece, pois ele sente que a borboleta está desafiando-o ou zombando de alguma forma, o que o faz matá-la com a toalha.

A borboleta, depois de esvoaçar muito em torno de mim, pousou-me na testa. Sacudi-a, ela foi pousar na vidraça; e, porque eu sacudisse de novo, saiu dali e veio parar em cima de um velho retrato de meu pai. Era negra como a noite. O gesto brando com que, uma vez posta, começou a mover as asas, tinha um certo ar escarminho, que me aborreceu muito. Dei de ombros, saí do quarto; mas tornando lá, minutos depois, e achando-a ainda no mesmo lugar, senti um repelão dos nervos, lancei mão de uma toalha, bati-lhe e ela caiu. [...]

-Também por que diabo não era ela azul? disse eu comigo. (ASSIS, 1998, p.58)

Esse episódio da borboleta preta e a reação de Brás Cubas ilustram o modo irônico de Machado de Assis em questionar as ações e as percepções humanas. A borboleta preta, que inicialmente representava superstição e medo para Eugênia e Dona Eusébia, agora adquire um significado mais pessoal para Brás Cubas. Sua reação ao gesto da borboleta demonstra seu próprio incômodo com a aparência dela. A suposta explicação que Brás Cubas tenta dar para justificar sua ação de matar a borboleta preta com uma toalha, pode ser vista como uma forma irônica de racionalização para os atos falhos do homem ou da sociedade. Ao questionar por que a borboleta não era azul, ele está tentando encontrar uma justificativa socialmente aceitável para sua ação cruel e arbitrária.

Essa ironia sugere que os seres humanos muitas vezes recorrem a explicações superficiais e ilógicas para justificar suas ações ou comportamentos questionáveis. Ao tentar atribuir um motivo, como a cor da borboleta, Brás Cubas revela a tendência humana de buscar desculpas externas ou desviar a responsabilidade por suas ações, em vez de enfrentar a realidade de seus atos: “me consolou do malefício, e me reconciliou comigo mesmo (...) Vejam como é bom ser superior às borboletas!” (ASSIS, 1994, p.43).

A partir disso, podemos inferir duas possíveis interpretações para esse capítulo: o contexto histórico de publicação da obra se dá em um momento em que o país se encontrava sob o regime escravocrata. A borboleta preta pode ser interpretada simbolicamente como um ser que busca a liberdade, assim como os escravizados buscavam na época. O incômodo do narrador, Brás Cubas, em relação à liberdade representada pelas asas da borboleta reflete a sociedade da época, que via a liberdade como algo ameaçador e desafiador para a estrutura estabelecida. Ao se sentir no direito de interromper a vida da borboleta e ao justificar seu ato

com base na cor, o narrador revela a crueldade desses longos anos de escravização no Brasil. “Veio por ali fora, modesta e negra, esparecendo as suas borboletices, sob a vasta cúpula de um céu azul, que é sempre azul, para todas as asas” (ASSIS, 1998, p.58). A referência à igualdade e ao céu azul para todas as asas ressalta a ironia presente na postura de Brás Cubas que fala sobre igualdade, mas suas ações contradizem essa ideia, pois ele discrimina e mata a borboleta com base em sua cor. “Não, volto à primeira ideia; creio que para ela era melhor ter nascido azul” (MACHADO, 1998, p.58).

A segunda interpretação que podemos fazer a partir desse capítulo, é com relação à deficiência de Eugênia e às suas origens. A conexão entre o episódio da borboleta preta e o capítulo posterior, em que o protagonista descobre a deficiência de Eugênia, pode ser estabelecida como uma progressão narrativa que revela a visão preconceituosa do protagonista em relação à filha de Dona Eusébia.

Saímos à varanda, dali à chácara, e foi então que notei uma circunstância. Eugênia coxeava um pouco, tão pouco, que eu cheguei a perguntar-lhe se machucara o pé. A mãe calou-se; a filha respondeu sem titubear:

-Não, senhor, sou coxa de nascença.

Mandei-me a todos os diabos; chamei-me desastrado, grosseirão. Com efeito, a simples possibilidade de ser coxa era bastante para lhe não perguntar nada. (ASSIS, 1998, p.59).

No capítulo "Coxa de nascença", Brás Cubas descobre que Eugênia é coxa, o que quebra a idealização que ele havia construído em sua mente. A deficiência física de Eugênia é percebida por Brás Cubas como algo que desfaz o encanto e a beleza que ele associava a ela. Essa revelação ressalta a visão superficial do narrador, que considera a deficiência como um fator que diminui o valor e a importância de Eugênia.

O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa! Esse contraste faria suspeitar que a natureza é às vezes um imenso escárnio. Por que bonita, se coxa? por que coxa, se bonita? Tal era a pergunta que eu vinha fazendo a mim mesmo ao voltar para casa, de noite, sem atinar com a solução do enigma. O melhor que há, quando se não resolve um enigma, é sacudi-lo pela janela fora; foi o que eu fiz; lancei mão de uma toalha e enxotei essa outra borboleta preta, que me adejava no cérebro. Fiquei aliviado e fui dormir. Mas o sonho, que é uma fresta do espírito, deixou novamente entrar o bichinho, e aí fiquei eu a noite toda a cavar o mistério, sem explicá-lo. (ASSIS, 1998, p.60).

No capítulo “Bem-aventurados os que não descem”, Brás Cubas deixa claro a relação simbólica da borboleta relacionada à Eugênia, em que a descrição inicial via nos olhos de Eugênia uma borboletinha de asas de ouro e olhos de diamantes destaca a idealização e a visão encantada que Brás Cubas tinha dela antes de descobrir sua deficiência. No entanto, após a revelação da coxeadura de Eugênia, o narrador estabelece uma associação entre ela e a borboleta preta que o incomodava. Essa comparação sugere que, para Brás Cubas, a deficiência de

Eugênia representa uma imperfeição, uma quebra na imagem idealizada que ele tinha da personagem. Assim como ele mata a borboleta preta para se livrar do incômodo, ele adota uma postura de rejeição e afastamento em relação a Eugênia após descobrir sua deficiência.

Nesses capítulos mencionados, podemos entender que a obra de Machado de Assis, em particular, expõe e critica os preconceitos arraigados na sociedade da época, incluindo a forma como as pessoas com deficiência eram tratadas e marginalizadas. No Brasil, o ano da publicação da obra, em 1881, foi marcado por importantes mudanças sociais, políticas e científicas. Na época, o país vivia sob o regime escravocrata, que só seria abolido em 1888. Além disso, ocorriam transformações urbanas, industrialização e intensificação dos debates científicos no que se refere à raça e hereditariedade.

As ideias, que posteriormente seriam chamadas de eugênicas, começaram a ganhar destaque no final do século XIX na Europa, especialmente após a publicação da obra de Charles Darwin, *A Origem das Espécies*, em 1859. Essas teorias tinham como o estudo dos meios para “padronizar” as qualidades hereditárias da raça humana, seja através da seleção de características desejáveis ou da restrição da reprodução de indivíduos considerados indesejáveis pela sociedade da época. O termo “eugenia” foi cunhado por Francis Galton, em 1883, é derivado do termo grego “eu” (bem) e “genes” (nascido), que pode ser traduzido como “bem-nascido” ou “de boa raça”.

Embora seja possível notar que a relação entre o nome da personagem e o termo designado para as ideias estavam sendo difundidas na Europa não esteja diretamente ligada à concepção eugenista, visto que o termo surgiu posteriormente, podemos inferir que essa escolha do nome Eugênia pode ter sido intencional por parte de Machado de Assis, utilizando o termo de forma irônica ou contrapondo-se à sua concepção tradicional. Ao retratar Eugênia como uma mulher de origem humilde, filha bastarda e coxa, o autor questiona as noções tradicionais de superioridade social associadas ao termo “eugenia”.

Além disso, no final do século XIX, as pessoas com deficiências eram marginalizadas e na maioria das vezes não tinham lugares na sociedade. Machado de Assis retrata isso ao criar uma personagem que no primeiro momento é aceita e valorizada pela sociedade, devido às suas características físicas, que eram consideradas atraentes e aos seus atributos que correspondem aos padrões da época. Ela é vista como uma possível candidata para o casamento e desperta o interesse de Brás Cubas. No entanto, quando sua deficiência é revelada, sua posição na sociedade muda drasticamente.

Eugênia é confrontada com a rejeição de Brás Cubas e a consequente ridicularização

por parte da sociedade devido à sua deficiência que é percebida através de suas palavras a dor e a tristeza que essas experiências lhe causam.

Foi na varanda, na tarde de uma segunda feira, ao anunciar-lhe que na seguinte manhã viria para baixo. - Adeus, suspirou ela estendendo-me a mão com simplicidade; faz bem. -E como eu nada dissesse, continuou: -Faz bem em fugir ao ridículo de casar comigo. Ia dizer-lhe que não; ela retirou-se lentamente, engolindo as lágrimas. Alcancei-a a poucos passos, e jurei-lhe por todos os santos do céu que eu era obrigado a descer, mas que não deixava de lhe querer e muito; tudo hipérboles frias, que ela escutou sem dizer nada.

-Acredita-me? perguntei eu no fim.

- Não, e digo-lhe que faz bem.

Quis retê-la, mas o olhar que me lançou não foi já de súplica, senão de império. Desci da Tijuca, na manhã seguinte, um pouco amargurado, outro pouco satisfeito. Vinha dizendo a mim mesmo que era justo obedecer a meu pai, que era conveniente abraçar a carreira política... que a constituição... que a minha noiva... que o meu cavalo... (ASSIS, 1998, p.62).

Eugênia, então, por meio do seu olhar, estabelece uma mudança de postura significativa, transmutando-o de uma expressão suplicante para uma de afirmação enérgica. Essa transformação é capturada pelo narrador, que se sente compelido a reter Eugênia, mas é confrontado por um olhar que não implora mais, mas sim comanda com autoridade. Essa mudança de postura de Eugênia, do olhar suplicante para o olhar de comando, pode ser interpretada como um momento de afirmação de sua própria identidade e de sua força interior. Ela deixa de ser uma figura passiva e submissa para assumir uma posição de autoridade e determinação.

Ademais, essa mudança também pode ser interpretado como um símbolo da luta contra estereótipos e preconceitos relacionados à sua deficiência. Ela desafia as expectativas e representa uma quebra de paradigma ao se impor com confiança e firmeza, desafiando a visão limitada que a sociedade possa ter sobre pessoas com deficiência.

No início de suas memórias póstumas, o personagem Brás Cubas faz uma analogia entre as botas apertadas e a vida. Ele descreve que as botas, assim como a vida, são desconfortáveis e apertadas, e que é um alívio retirá-las no fim do dia. No capítulo XXXVI, intitulado de “A propósito de botas”, o narrador faz novamente essa analogia ao se referir à Eugênia:

Enquanto esta ideia me trabalhava no famoso trapézio, lançava eu os olhos para a Tijuca, e via a aleijadilha perder-se no horizonte do pretérito, e sentia que o meu coração não tardaria também a descalçar as suas botas. E descalçou-as o lascivo. Quatro ou cinco dias depois, saboreava esse rápido, inefável e incoercível momento de gozo, que sucede a uma dor pungente, a uma preocupação, a um incômodo... Daqui inferi eu que a vida é o mais engenhoso dos fenômenos, porque só aguça a fome, com o fim de deparar a ocasião de comer, e não inventou os calos, senão porque eles aperfeiçoam a felicidade terrestre. Em verdade vos digo que toda a sabedoria humana não vale um par de botas curtas. (ASSIS, 1998, p.62).

Ao examinarmos o parágrafo em questão, podemos identificar indícios de um prazer

masoquista por parte do narrador, Brás Cubas, ao se referir a Eugênia como "aleijadinha" após tomar ciência de sua deficiência. Essa inclinação masoquista do narrador sugere uma intrincada dinâmica psicológica. É possível interpretar que Brás Cubas experimenta certo prazer ao se posicionar como alguém superior, desvinculado das dificuldades físicas enfrentadas por Eugênia. Ao rebaixá-la mediante tal vocábulo pejorativo, o narrador reafirma sua própria superioridade e, paradoxalmente, encontra alguma satisfação nessa postura de desdém.

Isso evidencia a construção da personagem de Brás Cubas como um ser cuja perspectiva de mundo é permeada por uma mistura de cinismo, egoísmo e desprezo pelos demais. Além disso, no que se refere ao uso dos símbolos visuais, ao mencionar que seu coração logo se sentiria aliviado ao abandonar Eugênia, Brás Cubas expressa a ideia de que se livrar do relacionamento com ela traz um alívio semelhante ao de retirar botas apertadas. Ele associa a presença de Eugênia e sua deficiência como algo incômodo e sufocante, assim como botas desconfortáveis, e menciona que o abandono traz um momento de alívio incontável, ou como ele mesmo descreve, um "momento de gozo".

Essa comparação reforça a insensibilidade e egoísmo de Brás Cubas, que busca apenas o seu próprio conforto e bem-estar, o que é percebido em todo o livro, a sua insensibilidade para com o outro, sem considerar os sentimentos e a dignidade da personagem. É uma forma de retratar a falta de empatia e a visão superficial do protagonista em relação a essas pessoas. O que não deixa de ser um "espelho" da época no que se refere à sociedade diante das pessoas com deficiência.

Tu, minha Eugênia, é que não as descalçaste nunca; foste aí pela estrada da vida, manquejando da perna e do amor, triste como os enterros pobres, solitária, calada, laboriosa, até que vieste também para esta outra margem... O que eu não sei é se a tua existência era muito necessária ao século. Quem sabe? Talvez um comparsa de menos fizesse patear a tragédia humana. (ASSIS, 1998, p.63).

Ao afirmar que Eugênia não descalçou as botas da vida, Brás Cubas indica que ela não experimentou o alívio de se livrar dos obstáculos e das dificuldades que a acompanharam ao longo de sua existência. Além disso, ele questiona a existência de Eugênia naquele século, afirmando que ela não era muito necessária e ao considerá-la como alguém que não deixou uma marca ou contribuição significativa, e que sua presença foi apenas mais um elemento na tragédia da existência humana.

No antepenúltimo capítulo da obra, o protagonista passa a mencionar Eugênia em uma única passagem, quando ele a encontra após longos anos:

Agora é que não são capazes de adivinhar...achei a flor da moita, Eugênia, a filha de

Dona Eusébia e do Vilaça, tão coxa como a deixara, e ainda mais triste. Esta, ao reconhecer-me, ficou pálida, e baixou os olhos; mas foi obra de um instante. Ergueu logo a cabeça, e fitou-me com muita dignidade. Compreendi que não receberia esmolas da minha algibeira, e estendi-lhe a mão, como faria à esposa de um capitalista. Cortejou-me e fechou-se no cubículo. Nunca mais a vi; não soube nada da vida dela, nem se a mãe era morta, nem que desastre a trouxera a tamanha miséria. Sei que continuava coxa e triste. (DE ASSIS, 1998, p.176).

Considerando o contexto social e as atitudes discriminatórias em relação às pessoas com deficiência na época, é plausível inferir, a partir deste trecho, que Eugênia tenha enfrentado desafios adicionais e possivelmente tenha continuado marginalizada e excluída da sociedade. Apesar de algumas ações sociais e o surgimento de instituições no período do segundo reinado no Brasil, a inclusão e a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência ainda estavam longe de serem alcançadas. A falta de conhecimento e compreensão sobre as deficiências, aliada a estigmas sociais arraigados, resultavam em tratamentos discriminatórios e na exclusão das pessoas com deficiência dos espaços sociais e oportunidades de participação.

Nesse sentido, é importante considerar que a obra de Machado de Assis, assim como outras produções literárias da época, reflete as desigualdades e injustiças sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Embora a literatura seja uma forma de expressão artística e criativa, ela também reflete as visões e valores da sociedade em que é produzida, pois segundo Candido (1995):

A função da literatura está ligada à complexidade de sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório, mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir em três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CANDIDO, 1995, p.178-179).

Abordar essas problemáticas com uma análise crítica dos contextos históricos e sociais em que essas obras foram produzidas é de extrema importância. Compreender a maneira como as pessoas com deficiência foram representadas na literatura é fundamental para questionar essas representações e promover uma reflexão mais ampla sobre a inclusão e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou características.

5 CAMINHOS ENTRELAÇADOS: UMA ANÁLISE DA DUALIDADE EM "A CEGA E A NEGRA - UMA FÁBULA"

Miriam Alves é, certamente, uma das maiores escritoras da Literatura Brasileira. Mulher negra e de voz imponente, Alves traz em sua obra poderosos gritos-palavras que denunciam as agulhadas da opressão, como bem diz em sua apresentação nos *Cadernos Negros*, número 5: “comecei chorando, agora grito palavras e lágrimas, os soluços e as agulhas da opressão que ferem fundo minha pele negra” (1982, p. 44). A contribuição de Miriam Alves é de extrema importância para a valorização e propagação da literatura de autoria negra no Brasil e para o fortalecimento da representatividade de pessoas negras em diferentes espaços. Além de dar protagonismo a pessoas negras, grupo historicamente marginalizado, a obra de Miriam Alves também promove a discussão de outros temas e traz visibilidade a outras minorias marginalizadas na sociedade brasileira, a exemplo das pessoas com deficiência.

5.1 A escrita transformadora de Miriam Alves na teia da crítica social

Miriam Aparecida Alves nasceu em São Paulo, no ano de 1952. Ela é assistente social aposentada, professora, poeta, dramaturga, prosadora e uma das intelectuais negras mais importantes da nossa contemporaneidade. Criada em uma família de leitores, sua paixão pela escrita começou cedo, aos dez anos de idade. Na década de 1980, Miriam Alves se juntou ao coletivo Quilombohoje Literatura, um importante grupo responsável pela produção dos *Cadernos Negros*². Foi através dessa publicação que Miriam Alves fez sua estreia literária. No mesmo ano que publicou os seus primeiros textos literários nos *Cadernos Negros*, Alves lançou a sua primeira publicação individual, o livro de poesias *Momentos de Busca* (1982), sendo o primeiro de uma série de livros que ela publicaria no decorrer de sua carreira literária que completou 40 anos em 2022.

Depois de *Momentos de Busca* (1982), Miriam Alves publicou o livro de poema *Estrelas nos dedos* (1985) e a peça teatral *Terramara* (1988), coescrita por Arnaldo Xavier e Cuti. Além dos livros de poemas, Miriam publicou *Mulher Mat(r)iz* (2011) e *Juntar Pedacos* (2020), coletânea de prosas e contos; publicou os romances *Bará- na trilha do vento* (2015) e *Maréia* (2019); Em 2022, em comemoração aos seus quarenta anos de carreira literária, foram

² Os *Cadernos Negros* do Quilombohoje são uma iniciativa literária de destaque no cenário da Literatura Afro-brasileira. Lançados a partir de 1978, esses cadernos anuais reúnem uma seleção de poesias, contos e crônicas escritos por autores negros e autoras negras, com o propósito de valorizar e promover a expressão literária da comunidade negra no Brasil.

publicados dois livros em homenagem à Miriam Alves: a coletânea *Poemas Reunidos* e o livro de ensaios *Miriam Alves Plural*.

Além de sua atuação no cenário literário brasileiro, Miriam Alves também teve a oportunidade de compartilhar sua experiência e conhecimento em debates e eventos internacionais. Nos Estados Unidos, ela participou de discussões sobre Literatura Afro-brasileira e feminina em renomadas universidades, como Texas, Tennessee e Illinois. Sua presença nessas ocasiões contribuiu para promover a visibilidade da Literatura Afro-brasileira além das fronteiras do país. Além disso, a obra de Miriam Alves ganhou reconhecimento internacional, sendo traduzida e incluída em várias antologias, como a edição bilíngue *Black notebooks: contemporary Afro-Brazilian literary movement*. Isso demonstra o impacto de sua escrita e a importância de sua voz na representatividade literária dentro e fora do Brasil.

A literatura de Miriam Alves desempenha um papel fundamental ao trazer à tona não apenas a luta racial, mas também outras questões sociais relevantes. Além de abordar a luta contra o racismo e desigualdade no país, sua escrita busca dar visibilidade e representação às experiências da comunidade LGBTQIA+, refletindo a diversidade e as demandas dessa comunidade em suas narrativas. Em sua obra *Mulher Mat(r)iz* (2011), Miriam Alves também apresenta uma reflexão sobre a pessoa com deficiência na sociedade brasileira por meio do conto "A cega e a negra - uma fábula". Esse texto contribui para promover a conscientização e o diálogo sobre a inclusão das pessoas com deficiência, desafiando estereótipos e estigmas que historicamente as têm marginalizado. Nesse sentido, a literatura de Miriam Alves amplia as vozes e dá visibilidade às causas que foram historicamente silenciadas ou invisibilizadas. Sua escrita se torna um instrumento poderoso para a reflexão, a representação e a promoção da igualdade e justiça social em diversas frentes.

5.2 Análise do conto “A cega e a negra – uma fábula”

No conto "A Cega e a Negra - Uma fábula", da obra *Juntar Pedacos* (2020) e *Mulher Mat(r)iz* (2011), Miriam Alves apresenta a história de Flora, uma mulher cega e branca, e Cecília, uma mulher negra. Através desse encontro das duas personagens em uma agência bancária, a história aborda a questão da segregação racial, estabelecendo uma relação entre duas minorias marginalizadas no Brasil: pessoas negras e pessoas com deficiência. Utilizando metáforas como o "fio invisível" e o simbolismo da aranha tecendo, Miriam Alves retrata a delicada e quase imperceptível conexão entre essas realidades e ressalta as lutas enfrentadas por esses grupos estigmatizados, diante das violências de uma sociedade excludente.

Observava a aranha em suas peripécias acrobáticas. Pendia do teto num estranho equilíbrio. O fio que sustentava era tênue, invisível. Os olhos hipnotizados acompanhavam o sobe e desce do inseto. Às vezes, a pequena aranha, como a provocá-la, descia próximo a sua cabeça e, com movimentos rápidos e graciosos, retornava, aproximando-se do teto. Poderia ficar ali por horas, dias, meses a fio. Ela e a aranha tecendo fios infinitos, brincando com a gravidade. Cecília tecendo fios invisíveis, a aranha fabricando fios reais. (ALVES, 2011, p.35).

A narrativa retrata a amizade entre Flora, uma mulher cega e branca, e Cecília, uma mulher negra que é acostumada a ser barradas nas “portas giratórias da vida”, amizade que se inicia após um encontro inusitado em uma agência bancária. “Ela e Flora faziam acrobacias do viver, dependuradas no fio aparentemente tênue da vida. Fio invisível, resistente, frágil” (ALVES, 2011, p.35).

Ao esbarrar na bengala de Flora, Cecília desperta a atenção dos seguranças, mas é Flora quem os impede de agirem de maneira mais violenta. A partir desse momento, uma profunda amizade se desenvolve, tornando-se um apoio mútuo diante dos desafios cotidianos. O conto utiliza a metáfora da teia de aranha para refletir sobre a interconexão e a complexidade da vida e ao momento em que Cecília finalmente, se encontra em uma posição de igualdade com uma pessoa.

Entrou com tudo pela porta giratória. Uma força de romper paredes, levar tudo no peito, na valentona, como dizia sua mãe. A porta não travou, girou na violência. Ela foi lançada para dentro do recinto. O corpo, acostumado ao cotidiano obstáculo, não o encontrando projetou-se no espaço. Tropeçou na bengala de Flora, que saía dominando o ambiente, como se tivesse olhos nos pés. Para não derrubá-la, instintivamente a abraçou. Gesto tido como ameaçador pelos seguranças, que a seguraram com truculência, protegendo o patrimônio bancário e a integridade de Flora. (ALVES, 2011. p.33).

No trecho em destaque, Cecília previa que a porta giratória a pararia mais uma vez, já cansada de ser colocada na mesma situação de sempre, decidiu entrar de uma vez pela porta a fim de não ser barrada. Enquanto isso, Flora era tratada com deferência e chamada de "doutora", talvez devido à cor de sua pele ou ao seu status socioeconômico, evidenciando a desigualdade presente nesses ambientes. Além disso, o conto destaca as habilidades adicionais que uma pessoa com deficiência desenvolve: “tropeçou na bengala de Flora, que saía dominando o ambiente, como se tivesse olhos nos pés” (ALVES, 2011, p.33), sugerindo que devido à deficiência, Flora desenvolveu uma maior capacidade de percepção e adaptação.

A narrativa também aborda os estigmas velados na sociedade, que levam a um sentimento de piedade enraizado referentes às pessoas com deficiência. Cecília acreditava que Flora, por ser cega, não seria capaz de ajudá-la, pois só enxergava escuridão. Essa crença reflete a maneira como a sociedade muitas vezes subestima as capacidades e habilidades das pessoas

com deficiência, perpetuando estereótipos e limitações injustas. “‘Ajudar?’ Cecília a olhou, um ser aparentando fragilidade na sua escuridão. Ajudá-la como? Aspirou o ar, suspirando resignada. Guiaram-na até um assento” (ALVES, 2011, p.34).

Após esse episódio, o gerente oferece um café à “Doutora”, como se refere à Flora, mas sem opções para Cecília, o que revela claramente como a cor da pele e a condição social se sobrepõem a qualquer outra qualidade. O fato de o gerente ter mandado servir um café apenas para Flora, deixando Cecília sem opções, evidencia a discriminação baseada em raça e classe social. Além disso, percebemos que a combinação de pobreza aliada à raça ou deficiência intensifica ainda mais essa marginalização, tornando-a ainda mais potente. É um reflexo do modo como as desigualdades estruturais afetam a vida das pessoas e reforçam os estigmas existentes na sociedade. Em certo momento do conto, Miriam Alves consegue trazer a reflexão sobre como até mesmo os esbarrões que as personagens sofriam abalavam-lhes de maneiras diferentes.

A aranha no seu crochê incessante ia e vinha tirando de dentro das entranhas a linha para o artesanato ao qual fadava-se para sempre. Cecília pensava em Flora e naquele dia em que os estigmas delas se encontraram. Refletia: “Para que aquele encontro?” O que sabia é que nunca lhe haviam servido cafezinho no banco. O que sempre a recepcionou foi a voz metálica após a trava da porta giratória. O mundo girava para todos, para ela travava. (ALVES, 2011, p.34).

Nesse trecho, somos levados/as a refletir sobre o encontro entre Flora e Cecília, e como seus estigmas se diferenciam em intensidade. Enquanto Flora é tratada com respeito e recebe privilégios, como o cafezinho no banco, Cecília é constantemente barrada e confrontada com a voz metálica da porta giratória. Essa diferença de tratamento ressalta a forma como as desigualdades se manifestam de maneira desproporcional na sociedade e como a questão da cor da pele, aparentemente, pesa acima de qualquer outro estigma em nossa sociedade.

Após o encontro, Flora e Cecília estabelecem uma amizade profunda e se tornam companheiras inseparáveis. Nessa relação, Cecília desempenha o papel de intérprete do mundo visual para Flora, enquanto Flora “abre as portas” para Cecília. Essa metáfora também nos convida a questionar por que as portas estão fechadas para as pessoas negras em primeiro lugar. Ela aponta para as estruturas de poder e os sistemas opressivos que negam às pessoas negras o acesso igualitário a oportunidades, recursos e espaços de poder. Quando celebram a pessoa branca como a salvadora que abre as portas, isso nos levar a refletir sobre a necessidade de desconstruir essas estruturas de exclusão que se perpetuam por séculos.

Ao saírem para jantar em uma cantina italiana, Flora e Cecília conversavam animadamente sobre sabores e odores. Cecília, embalada pelo vinho, descrevia as pessoas ao redor da mesa, enquanto Flora ria como uma criança, redescobrimo o mundo. Porém, ao se

levantarem para ir ao banheiro, foram interrompidas por um cliente do restaurante. Cecília, acostumada com essas situações, preparou-se para ceder passagem, mas colocou seu corpo em frente a Flora, protegendo-a. Com uma troca sutil de olhares e gestos discretos, o garçom informou ao homem que Cecília estava guiando uma pessoa cega. O homem então se afastou, pedindo desculpas com gestos de mãos.

Esse episódio evidencia o peso da violência do racismo que acompanha Cecília em todos os momentos de sua vida, mesmo que de forma sutil, e ressalta como a discriminação é “amenizada” apenas quando ela está exercendo um papel de auxílio a Flora, sugerindo que, quando ela desempenha um papel de servidão ou subserviência, as pessoas podem tratar a discriminação de forma menos evidente.

A aranha, terminando sua teia, parou. Cansada da tarefa árdua a que estava predestinada desde sempre e para o sempre. Desta teia dependia a sua vida, breve vida das aranhas, tecendo úteis frágeis belezas simétricas, despercebidas na voragem do cotidiano. (ALVES, 2011, p.35).

No trecho mencionado, há uma comparação metafórica entre a experiência de Cecília em relação ao racismo e a tarefa contínua e árdua de uma aranha que tece sua teia. Essa metáfora busca transmitir a sensação de exaustão e resignação que Cecília sente diante das constantes manifestações de racismo em sua vida. A associação do estigma racial de Cecília com a tarefa eterna da aranha enfatiza a ideia de que o racismo é algo que ela terá que enfrentar e lidar continuamente ao longo de sua existência.

Da mesma forma, a imagem da aranha que finaliza sua teia e para, cansada da tarefa árdua e eterna, pode ser interpretada como uma metáfora que reflete o cansaço e o fardo que Flora, personagem do conto, carrega em relação ao estigma da deficiência que terá que enfrentar por toda a sua vida. Assim como a aranha tece sua teia, Flora se vê envolvida na teia dos olhares piedosos, dos pensamentos limitadores e das barreiras sociais que são impostas às pessoas com deficiência.

A descrição da teia como frágil ressalta a vulnerabilidade de Flora frente às atitudes discriminatórias e aos olhares piedosos que enfrenta. Sua batalha para superar os obstáculos diários relacionados ao estigma da deficiência é uma tarefa árdua e constante, assim como a tarefa da aranha em tecer e manter sua teia.

Cecília e Flora teceram sua amizade nas intrincadas teias da vida. Assim como a aranha supera-se a cada teia, elas encontraram na constância e na perseverança a força para seguir adiante, rompendo com a aparente monotonia dos fios e descobrindo a beleza da diversidade e da superação. Cecília, mulher negra que tinha que superar as violências cotidianas do racismo,

juntou-se à Flora, mulher deficiente visual. Nesse sentido, a teia pode ser vista por uma perspectiva similar às duas personagens: a superação cotidiana dos estigmas que cada uma carrega.

A história traz a perspectiva de que, apesar de Cecília e Flora serem duas minorias estigmatizadas, a cor da pele de Cecília ainda exerce um peso mais forte nas situações de discriminação que elas enfrentam. Essa abordagem ressalta a interseccionalidade, ou seja, as múltiplas dimensões da identidade de uma pessoa e como diferentes formas de opressão podem se entrelaçar e se intensificar. Nesse caso, o conto destaca que, embora ambas as personagens enfrentem formas de discriminação, a discriminação racial que Cecília sofre é especialmente acentuada.

O conto se desenrola a partir da subjetividade de Cecília, permitindo considerá-la como a protagonista da história, pois é através de sua perspectiva e reflexões que o enredo se desenvolve, especialmente em relação à sua amizade com Flora. A aproximação do conto com o gênero textual fábula, como sugerido pelo título, pode ser interpretada como uma metáfora que estabelece a conexão entre a vida das personagens e a pequena aranha que surge no início e perpassa por toda a narrativa.

Percebemos, portanto, que assim como Machado de Assis utiliza figuras visuais e simbólicas, como a borboleta, para representar a personagem Eugênia em sua obra, também encontramos no conto de Miriam Alves essa relação de metáforas que possibilitam uma leitura metafórica da narrativa. A presença da aranha ao início do conto, suas acrobacias e o tecido de suas teias podem ser interpretados como elementos simbólicos que refletem as experiências, as relações e os desafios enfrentados pelas personagens ao longo da história.

Dessa forma, fica evidente que a amizade entre as duas mulheres, que compartilham suas experiências de discriminação, revela as camadas de estigmas que ambas enfrentam. Miriam Alves aborda a questão da deficiência de Flora e como essa característica não a aprisiona, diferentemente da cor da pele de Cecília, que se torna uma deficiência não nomeada que a aprisiona socialmente. A autora consegue explorar essas questões sem cair nos estereótipos recorrentes encontrados na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis.

Em relação à deficiência de Flora, Miriam Alves apresenta uma perspectiva mais ampla, que vai além da visão limitada e restritiva que frequentemente acompanha as representações de pessoas com deficiência. Flora é retratada como uma personagem forte e empoderada, que supera as limitações físicas impostas pela sua deficiência visual, em que ela é capaz de abrir

portas para si mesma, não apenas de forma literal, mas também ao desafiar as expectativas e estereótipos relacionados à pessoas com deficiência.

Além disso, no que se refere a deficiência de Flora, a autora consegue trazer a temática de forma mais leve e sensível. Ao contrário das representações tradicionais que tendem a retratar pessoas com deficiência como vítimas passivas ou objetos de pena, Alves constrói Flora como uma personagem independente, resiliente e que não sofre tanto com termos pejorativos e rejeição como Eugênia em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). Também é importante ressaltar a posição política e social de Flora é explorada de forma positiva. Ela não é retratada como alguém marginalizado ou excluído, mas como uma voz ativa na sociedade.

Por outro lado, a cor da pele de Cecília é como uma “deficiência não nomeada” que a aprisiona socialmente. A autora evidencia como a discriminação racial afeta a vida de Cecília, impedindo-a de desfrutar de igualdade de oportunidades e de ser reconhecida em sua plena humanidade. Ao destacar essa questão, Miriam Alves nos faz refletir sobre as diversas formas de opressão e exclusão presentes na sociedade, e como essas realidades podem se entrelaçar e se interseccionar.

Ademais, ao abordar esses obstáculos cotidianos que as personagens enfrentam, a autora lança luz sobre as violências sutis e opressivas presentes no dia a dia, muitas vezes ignoradas ou minimizadas. O conto convida os/as leitores/as a refletirem sobre a importância de reconhecer e combater essas formas de discriminação, além de valorizar as amizades e os vínculos que surgem como formas de resistência e apoio mútuo.

A partir dessas abordagens, a autora nos convida a questionar os estereótipos e preconceitos arraigados em nossa sociedade, tanto em relação à deficiência física quanto à raça. Ela nos desafia a repensar nossas percepções e a buscar uma maior compreensão das experiências individuais, reconhecendo a complexidade e a diversidade das identidades humanas. Dessa forma, a escrita de Miriam Alves nos proporciona uma reflexão mais ampla sobre as questões sociais e raciais, fugindo dos estereótipos e das narrativas limitantes, nos convidando a enxergar a diversidade como uma fonte de força e valor, e a lutar por uma sociedade mais inclusiva, onde todas as pessoas possam viver plenamente, sem barreiras impostas pelos preconceitos e estigmas arraigados na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ficção literária é um meio de expressão artística que envolve tanto o/a autor/a quanto o/a leitor/a. Ambos/as desempenham papéis fundamentais na criação e na interpretação da obra, contribuindo para sua experiência e significado. No entanto, essas atividades são influenciadas pelas incertezas e características dos contextos históricos em que ocorrem. Dessa forma, não é surpreendente que as obras literárias sejam moldadas por convenções históricas e reflitam as complexidades da sociedade em que são produzidas.

Nesse sentido, a ficção literária vai além de uma mera representação objetiva da realidade. Ela se torna um espaço onde diferentes significados e interpretações podem surgir, abrangendo múltiplas perspectivas e visões de mundo. Através da linguagem e dos símbolos, a obra literária convida o/a leitor/a a refletir sobre questões sociais, culturais e históricas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica da realidade.

Ao considerarmos a linha temporal histórica da trajetória da pessoa com deficiência tanto no âmbito nacional quanto internacional, delineada neste estudo, é possível discernir os avanços significativos que têm contribuído para um aprimorado entendimento, uma maior aceitação e um processo de inclusão mais abrangente, os quais permeiam a contemporaneidade. Todavia, é possível perceber a persistência de vestígios de estigmas e preconceitos que atravessam gerações, no que tange à representação das pessoas com deficiência na Literatura Brasileira, tal como pudemos constatar no decorrer desta pesquisa.

Entendendo a importância da literatura não apenas na sua função estética, mas, sobretudo, como uma ferramenta que espelha o contexto sócio-histórico de seu tempo e tem o potencial de fomentar, por meio das reflexões e diálogos que instiga, a formação de cidadãos dotados de uma consciência crítica e reflexiva, faz-se necessário o debate minucioso aprofundado sobre a representação das pessoas com deficiência na Literatura Brasileira. É fundamental questionar e problematizar as narrativas que perpetuam estereótipos, discriminação e invisibilidade, buscando promover uma maior diversidade e inclusão nos textos literários. Pois como argumenta Candido (1978) em seu ensaio "O Direito à Literatura", a literatura não é apenas uma forma de entretenimento, mas uma experiência que enriquece e aprimora o ser humano em diversos aspectos, promovendo a criticidade e permitindo que aos/às leitores/as desenvolvimento de habilidades de análise e reflexão sobre a realidade.

Nessa perspectiva, ao focarmos nossa análise nas personagens Eugênia e Flora, evidenciamos os extremos do paradigma moral que envolve as representações da pessoa com

deficiência na sociedade brasileira no final do século XIX e na contemporaneidade. De um lado, temos a triste constatação dos termos pejorativos e da trajetória infeliz de Eugênia, que foi relegada à tristeza e à pobreza em sua existência. Por outro lado, temos a figura de Flora, que, apesar dos estigmas profundamente arraigados na sociedade, foi retratada na literatura como alguém capaz de conquistar sua independência e autonomia. Esse contraste pode ser atribuído, em parte, aos avanços das políticas públicas que buscaram promover uma melhor qualidade de vida e inclusão para as pessoas com deficiência.

A utilização dos recursos literários, como a metáfora da borboleta em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e a metáfora da teia de aranha em "A Cega e a Negra - uma fábula", desempenha um papel fundamental na provocação de reflexões sobre o papel da sociedade na construção e perpetuação de estigmas e preconceitos. Por meio dessas metáforas, os leitores são convidados a se identificar e a se conectar de forma mais profunda com as temáticas exploradas, permitindo uma apreciação poética e significativa do texto literário. Ao explorar esses elementos simbólicos, as obras despertam a sensibilidade dos leitores para as experiências das pessoas com deficiência, promovendo uma maior conscientização e empatia em relação a essas realidades.

O autor e a autora dos textos analisados, ao trazerem a temática da deficiência física para a literatura, tema que deve ser trabalhado com respeito e sensibilidade, buscam, de algum modo, reverberar as vozes dos/as marginalizados/as, explorando questões de identidade, injustiça e desigualdade, procurando mobilizar ações de mudanças a partir do processo de conscientização. Ao desafiar o pensamento convencional, Machado de Assis e Miriam Alves irrigam o terreno fértil da imaginação, permitindo que os/as leitores explorem diferentes perspectivas e realidades.

Nesse viés, foi possível perceber que a literatura reflete o seu contexto histórico, mas como forma de arte, que tem o poder de mobilizar e impactar a sociedade de diversas maneiras. Através das narrativas e da postura consciente dos/das escritores/as, a literatura pode abordar questões sociais importantes, despertar empatia, promover reflexões e questionar normas estabelecidas, mostrando a importância de incentivar a produção de obras que apresentem personagens com deficiência em papéis centrais, explorando suas vivências, desafios e conquistas de forma autêntica e respeitosa. Além disso, é fundamental que os/as escritores/as sejam sensíveis às questões das pessoas com deficiências e busquem uma representação mais ampla e empática, evitando a simplificação ou romantização das experiências.

A partir da literatura podemos acrescentar algo mais à compreensão de uma época, pois

ela utiliza de formas de representação que nos ajudam a entender a identidade social e as dinâmicas culturais de uma sociedade, ela não apenas oferece uma visão crítica da realidade, mas também nos leva a questionar os limites da significação e do sentido das práticas simbólicas de sua época, fornecendo ferramentas para a análise e interpretação, desafiando os/as leitores a explorarem diferentes camadas de significado e a refletirem sobre questões mais amplas da condição humana.

No futuro, valeria a pena debruçar-se na literatura brasileira para verificar se outros /as escritores/as considerados/as representantes do Realismo também compartilham a mesma representação da pessoa com deficiência e como isso evoluiu até a literatura brasileira atual, utilizando também outros autores e autoras. Dessa forma, espera-se que esse estudo possa lançar luz sobre outras reflexões acerca dessa temática, contribuindo para uma compreensão mais profunda e abrangente da representação da deficiência na literatura brasileira.

Durante o processo de escrita deste trabalho, pude vivenciar um intenso processo de construção e evolução, tanto como pessoa quanto como profissional. Aprofundar-me nas temáticas abordadas nas obras literárias e explorar as representações da pessoa com deficiência e questões sociais despertou em mim uma maior sensibilidade e consciência em relação à diversidade humana e às lutas por igualdade e inclusão. Além disso, através dessa jornada de escrita, fui capaz de desenvolver empatia e compreensão mais profunda das perspectivas e vivências das pessoas com deficiência, bem como das lutas que ainda precisamos travar em prol de uma sociedade mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam. **Mulher Mat(r)iz**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.
- BAKHTIN, M. M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da educação especial**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 2, n. 03, p. 07-19, 1995.
- BOGONI, Rosangela Marcilio. **A representação da deficiência em narrativas ficcionais: um estudo comparado sobre as diferenças na literatura**. 2020. Dissertação de Mestrado.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 1970. São Paulo, 1981.
- BLACKBURN, Simon. **A República de Platão: uma biografia**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Remate de males**, 1999.
- CANDIDO, Antonio et al. O direito à literatura. **Vários escritos**, v. 3, p. 235-263, 1995.
- ALVES, Miriam. **Mulher Mat(r)iz**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. John Gledson, leitor de Machado de Assis. **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 8, n. 13, p. 109-115, 2006.
- CRESTANI, Jaison Luís; JUNIOR, Álvaro Santos Simões. **CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA: Machado de Assis**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, n. 23/24, jul. 2008.
- IPOTESI-REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS**, v. 13, n. 1, 2009.
- DA SILVA, Otto Marques. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde, 1987.
- DE ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás cubas**. Ateliê Editorial, 1998.
- MONTEIRO, Carlos Henrique Medeiros et al. Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. **Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad**, v. 2, n. 3, p. 221-233, 2016.
- IBGE. Censo Demográfico 2010: **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro, 2012. Acompanha CD-ROM
- FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.
- FERREIRA, Patrícia Fortes Attademo et al. A pessoa com deficiência segundo as constituições brasileiras de ontem e de hoje: políticas públicas, direitos e garantias fundamentais. **Revista Via Iuris**, n. 20, p. 29-50, 2016.

FIGUEIRA, Emílio. **As Pessoas Com Deficiência na História do Brasil: Uma trajetória de silêncio e gritos!**. Wak, 2021.

FREDERICO, Grazielle; MOLLO, Lúcia Tormin; DUTRA, Paula Queiroz. “**Escrevo porque não dá para não escrever**”: entrevista com **Miriam Alves**. Estudos de 96 literatura brasileira contemporânea, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-40185121>

GLEDSOON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e sociedade**, v. 20, p. 377-389, 2011

MENEZES, Marleno Chaves; RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. A representação da deficiência em clássicos da literatura brasileira. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 37484-37495, 2020.

MOURA, Simone Moreira; DA SILVA, Morena Dolores Patriota. Pressupostos da Eugenia e seus impactos na concepção de deficiência. **Comunicações**, v. 19, n. 1, p. 101-113, 2012.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. Editora 34, 2000.

SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista brasileira de educação**, v. 11, n. 33, p. 424-434, 2006.

MOTTA, Giovana Caires. Ao abrigo da dissimulação: a crítica machadiana e o mundo das aparências. **Literafro-O portal da literatura Afro-Brasileira**.

PARDAL, Fernando. Machado de Assis e o Racismo no Brasil. 2014. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Machado-de-Assis-e-o-racismo-no-Brasil>. Acesso em: 15 maio 2023.

BORSATO, FERNANDO. Ponto de interrogação: pseudônimo desconhecido e texto inédito de Machado de Assis. **Machado de Assis em linha**, v. 12, p. 55-72, 2019.

ROSA, João Guimarães. **Melhores Contos Guimarães Rosa**. Global Editora, 2020.
LISPECTOR, Clarice. **Laços de família: contos**. Rio De Janeiro: Rocco, 2009, 135 p.

SANTOS, Fernando Borsato dos. **As assinaturas de Machado de Assis: estudo sobre as figurações da autoria**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Pequena história da medicina brasileira**. In: Pequena História da Medicina Brasileira. 1980. p. 150-150.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é a literatura**. Editora Vozes, 2020.